



Rede de Desenvolvimento
Local Integrado e Sustentável
do Grande Bom Jardim

Lutas e conquistas populares



Rede de Desenvolvimento Local
Integrado e Sustentável do Grande Bom
Jardim: Lutas e conquistas populares

Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim: Lutas e conquistas populares

Organização

Ana Maria Freitas e Adriano Paulino de Almeida

Apresentação

Eduardo Gomes Machado

Texto e pesquisa

Adriano Paulino de Almeida

Entrevistas e transcrições

Maria Gorete Alves Vidal

Fotografias

Acervo Rede DLIS

Revisão

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Projeto Gráfico e Diagramação

Daqui de Fora - Comunicação e Criatividade

Capa

Agamenon Porfirio de Lima Filho

Adaptação da Capa

Claviano Nascimento de Sousa

R249r

Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim

Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim: lutas e conquistas populares / Organização: Adriano Paulino de Almeida, Ana Maria de Freitas; Apresentação Eduardo Gomes Machado. – Fortaleza: RDLIS, 2021.

n p.: il. ;

1. Movimentos sociais urbanos - Bom Jardim (Fortaleza, CE). 2. Desenvolvimento local – Bom Jardim (Fortaleza, CE). 3. Sociologia urbana - Bom Jardim (Fortaleza, CE). 5. Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim – Memória histórica (Fortaleza, CE). I. Almeida, Adriano Paulino de. II. Freitas, Ana Maria de. III. Machado, Eduardo Gomes. IV. Título.

Rede de Desenvolvimento Local
Integrado e Sustentável do Grande Bom
Jardim: Lutas e conquistas populares



SUMÁRIO

Apresentação.....	
1. Introdução.....	
2. Quem somos.....	
<i>Nós por nós.....</i>	
<i>Princípios e valores.....</i>	
<i>Missão.....</i>	
<i>Pacto territorial.....</i>	
<i>Conferências.....</i>	
3. Concepção de Desenvolvimento Sustentável.....	
<i>O Grande Bom Jardim que queremos.....</i>	
<i>Afetos e valores.....</i>	
4. Representação, participação comunitária e mobilização social.....	
<i>Incidência sócio-política da Rede DLIS.....</i>	
<i>Canidezinho.....</i>	
<i>Granja Lisboa.....</i>	
<i>Siqueira.....</i>	
<i>Granja Portugal.....</i>	
<i>Bom Jardim.....</i>	
<i>Lista de delegados/as eleitos/as.....</i>	
<i>Celebrando conquistas.....</i>	
5. Tecnologias Sociais.....	
6. Cultura, memória social e patrimônio.....	
<i>Centro cultural do Bom Jardim.....</i>	
<i>Ponto de Memória do Grande Bom Jardim.....</i>	
<i>Maracatu Nação Bom Jardim.....</i>	
7. Direito à cidade.....	
<i>Parque Municipal Lagoa da Viúva.....</i>	
<i>Projeto Rio Maranguapinho.....</i>	
<i>Ponte da União.....</i>	
<i>Saneamento, pavimentação e drenagem.....</i>	
8. Regulamentação do Plano Participativo de Fortaleza.....	
<i>ZEIS Bom Jardim.....</i>	
<i>Processo de revisão do PDPFOR.....</i>	
9. Reconhecimento público.....	
Referências.....	
Créditos.....	



APRESENTAÇÃO

A Rede DLIS do Grande Bom Jardim, foi criada em dezembro de 2003, a partir de um intenso processo de pesquisa-ação e de participação popular, envolvendo estratégias de incubação social. O que aqui se denomina incubação social envolve dinâmicas dialógicas de trocas de experiências e conhecimentos e de constituição de vínculos, compromissos mútuos e horizontes de sentido partilhados, valorizando a diversidade, e, ao mesmo tempo, a unidade de atuação. Desse modo, a Rede DLIS do GBJ faz parte e é herdeira do movimento popular-comunitário local, considerando as histórias, memórias, lutas, referências e tradições presentes no território e suas ancoragens e implicações – teórico-práticas – epistemológicas, estéticas, cosmológicas, sociológicas e ético-políticas.

Considerando essas percepções, é motivo de alegria que uma construção interindividual e interinstitucional tão desafiadora, possa manter-se ativa, pulsante e criativa após quase duas décadas, coletivizando ações e imaginando/construindo territórios onde os direitos fundamentais possam ser luz a iluminar caminhos, palavras ditas e mudanças efetivas. Ao se aproximar dos dezoito anos de existência, a Rede mantém-se espaço de defesa da vida, de afirmação cotidiana de direitos fundamentais e de construção de alternativas sustentáveis ao desenvolvimento local. E faz isso mantendo-se ética, política e esteticamente bela, viva e potente, profundamente humana, em um contexto marcado, também, por sofrimentos, violências, violações de direitos e vulnerabilidades.

Este livro é um convite para conhecer, se aproximar e, por que não, interagir e dialogar – ainda mais – com a Rede DLIS do GBJ. Nas quatro partes em que se

estrutura, o livro apresenta informações, relatos e registros que entrelaçam a identidade da Rede à concepção de desenvolvimento local, integrado e sustentável que ela constrói e anima, à centralidade do direito à cidade que maneja e às tecnologias sociais que inventa e opera.

A Rede vivencia um processo continuado de reconstituição das identidades individuais, coletivas e institucionais dos agentes que a compõem, com essas identidades se entrelaçando através de uma dinâmica educacional intensa, densa e complexa. Uma dinâmica que, atravessada pela educação popular e por outras referências participativas e democráticas, se torna capaz de promover a autorreflexão, a avaliação e o planejamento que fundamentam e possibilitam sua atuação, de modo sequencial e cumulativo. Valorizando as percepções e falas de cada agente envolvido, evidenciando um caráter dialógico, uma discussão pública e a lida com tensões e conflitos, essa dinâmica afirma um ator político coletivo, interinstitucional, unificado e mobilizado. E faz isso ao reconstituir, em cada contexto e conjuntura, sentidos partilhados, compromissos mútuos, formas associativas e organizativas potentes e intencionalidades de atuação. De todo modo, cabe compreender que essa dinâmica não está dada a priori ou automaticamente, ela depende de esforços reiterados dos agentes envolvidos, inclusas percepções, afetos e sentidos que consegue fazer emergir e circular. Todo esse esforço e dinâmica processual vem permitindo que a Rede se torne capaz de acessar e ocupar lugares significativos, desempenhar funções e papéis relevantes e afirmar interpelações, demandas, imaginários, proposições e conquistas importantes.

Nesse trabalho cotidiano de agenciamento de atores

multivariados, de coletivização das ações, e, mais do que isso, de afirmação de ciclos inovadores do movimento popular-comunitário no Grande Bom Jardim, a construção de uma política de desenvolvimento local, integrado e sustentável é um marco significativo. Ela revela um esforço de integração de agentes, princípios, demandas e lutas capaz de:

1) tensionar/interpelar instituições, órgãos, sistemas e agentes estatais/governamentais, considerando questões imediatas/emergenciais, de médio e longo prazo; **2)** conceber, formular e apresentar proposições técnica e politicamente fundamentadas, em diferentes escalas, considerando as políticas setoriais e buscando uma atuação sistêmica interssetorial e multidisciplinar; **3)** requerer lugares que efetivem a participação popular na dinâmica decisória estatal e governamental, particularmente com a presença de segmentos historicamente subalternizados; **4)** afirmar a democratização – processual e substantiva – na/da sociedade civil e política, nos marcos de uma gestão compartilhada, e mantendo a autonomia política.

Nessa trajetória, a Rede vem sendo capaz de incorporar, construir e operar conhecimentos, saberes e experiências variados, fazendo circular e encruzilhando o científico-técnico e o popular-comunitário, em suas diversidades. Nesse percurso, as experiências e as referências teórico-práticas no/do planejamento urbano democrático e participativo e do direito à cidade têm sido bastante significativas, inclusive ao dotar de criticidade e concretude teórico-empírica a percepção e o enfrentamento das desigualdades, segregações e vulnerabilidades socioespaciais que atravessam, em múltiplas escalas e dimensões, a metrópole, a cidade e o território do Grande Bom

Jardim. E faz isso dotando de relevância e estranhamento a compreensão e o enfrentamento dessas desigualdades, segregações e vulnerabilidades socioespaciais, considerando como operam nos espaços públicos, infraestruturas, equipamentos e serviços urbanos, assim como nas alocações orçamentárias, políticas públicas e prioridades de atuação. Desnaturalizando, assim, distinções – e distorções – entre centralidades e periferias urbanas. Assim, a Rede constitui uma expertise valiosa e torna-se referência no movimento popular-comunitário na metrópole, cabendo destacar experiências e lutas envolvendo, por exemplo, o Plano Diretor de Fortaleza, o Rio Maranguapinho, o Parque Urbano Lagoa da Viúva e as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

A dinâmica da Rede DLIS do GBJ, um movimento social em rede, articula esforços e aprendizagens – individuais, coletivas e institucionais – que se cruzam e entrelaçam. Sem esses esforços continuados, aprendizagens, cruzamentos e entrelaçamentos nada seria possível. Assim, cabe valorizar a atuação do complexo de agentes que torna a Rede possível, entrelaçando e sincronizando ações e processos.

Nesse contexto, ganha relevância a incorporação inovadora das categorias memória e patrimônio, operadas como fundamento e instrumento para a geração de alternativas ao desenvolvimento territorial/local integrado e sustentável, evidenciando tecnologias sociais e políticas inovadoras. Como expressão maior desse processo, cabe indicar a a instituição do Ponto de Memória do Grande Bom Jardim, dinamizador de processos significativos, capazes de fundamentar/instigar dinâmicas de ativação de patrimônios culturais e reconstituição identitária.

Por tudo isso, queremos dizer a todos/as e cada um/a que compõem a Rede. Obrigado por tudo!

Que todas as bênçãos possam fortalecer, animar e continuar dotando de força e potência esse movimento em rede! Vida longa à Rede DLIS do GBJ!

Fortaleza, CE, Abril de 2021

Eduardo Gomes Machado

Professor Associado
Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira (UNILAB)



INTRODUÇÃO

Dois anos depois da exposição Rede DLIS 15 Anos: Lutas e Conquistas, transpomos aqui a arte do projeto expográfico para o gênero textual. Agora, para comemorarmos os 17 anos de vida do coletivo de articulação popular territorial de políticas públicas, Rede DLIS. Desta vez, o produto difusor é um livro sobre uma síntese da história de luta por direitos e as principais conquistas e os avanços alcançados.

Seguiremos pelos recortes identidade (valores e conceitos), formas de expressão (registros documentais), afetos e alegrias (poesia e políticas públicas) para traduzir textualmente as conquistas e os avanços materializados em termos de políticas públicas, frutos da caminhada de 17 anos da Rede DLIS, lançando mão da lindeza estética da exposição de comemoração dos 15 anos do coletivo, da formosura ética, e da contundência política astuciosa da trajetória do movimento social periférico objeto desta documentação.

Em 2018, ano em que a extrema-direita ganhou as eleições para presidente do país, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) completava 70 anos de garantias internacionais de proteção da vida humana, e em que a Constituição Federal (1988) completava 30 anos de fundamentação do Estado Democrático de Direitos, a Rede DLIS do GBJ também completava 15 anos de vida de lutas e de muitas conquistas para o desenvolvimento territorial sustentável do Grande Bom Jardim.

No entendimento comum de que a Rede DLIS promove lutas populares por exigibilidade de políticas públicas plenas e de que a resistência é a forma de expressão da sua alegria, da sua fé e da sua esperança por dias melhores para o povo e para o território Grande Bom Jardim. De que “Somos comunidades irmãs, somos Grande Bom Jardim, Território feito por Comunidade de Comunidades”, o coletivo decidiu por produzir e realizar uma exposição para contar a sua história: REDE DLIS 15 ANOS: LUTAS E CONQUISTAS POPULARES: GBJ no Centro da Narrativa como Lugar de Direitos.

A realização expográfica foi do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), no âmbito do projeto trienal DHESCA na PERIFERIA, eixo Rede e Território. A curadoria da citada exposição foi assumida pelo Conselho Gestor do Ponto de Memória do Grande Bom Jardim, sob coordenação e concepção de Adriano Almeida, com colaboração na produção de Benedito Wellington Cunha Pereira, Jean Elyson Rodrigues Borges, Marileide da Silva Luz, designer gráfico de Maria Eduarda e de Juliana De Boni, ambas do Programa de Educação Tutorial (PET), do Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Design (DAUD), da Universidade Federal do Ceará (UFC).



Somos comunidades irmãs, somos Grande Bom Jardim, Território feito por Comunidade de Comunidades

Para subsidiar a coleta de dados para compor conteúdo expográficos da citada exposição foi realizada uma roda de memória Rede de Afetos: Pensando Meu Lugar – 15 anos de lutas e de conquistas na Rede DLIS, no dia 29 de novembro de 2018, 17h, no teatro do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza. O objetivo da roda de memória foi partilhar as memórias pessoais de momentos vividos nalguma atividade da Rede DLIS nos seus 15 anos da Rede DLIS. Assim, as memórias e os registros gerados e partilhados nesta roda de memória foram incorporados como parte de conteúdos e de acervo da exposição em comemoração aos 15 anos da Rede DLIS.

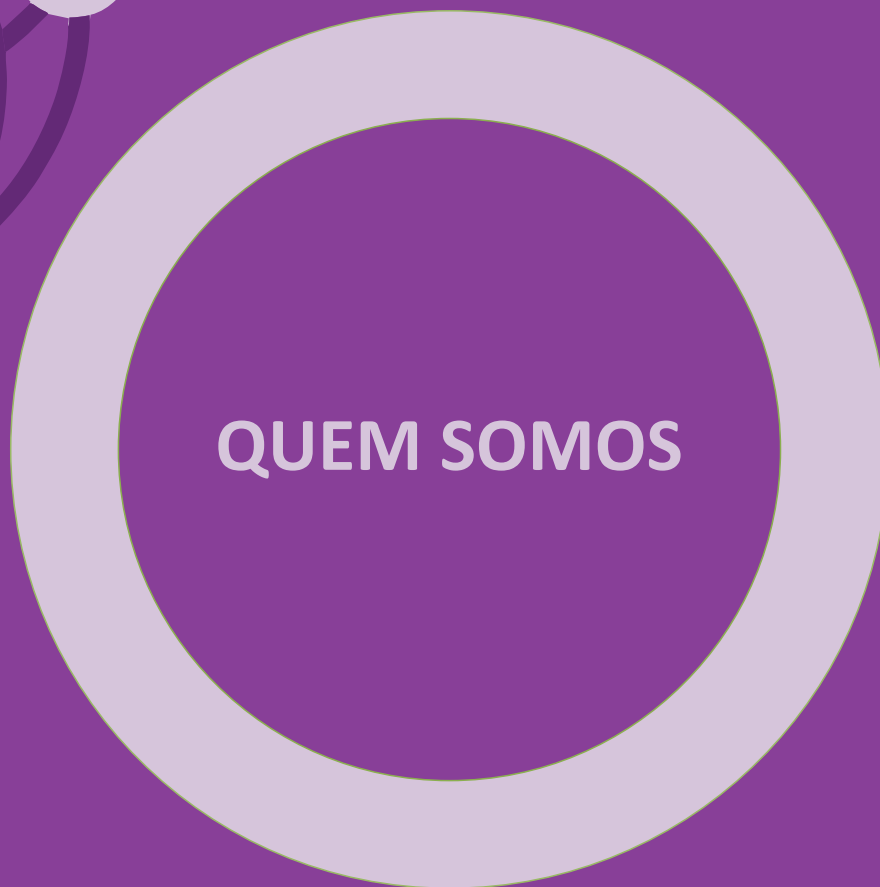
Participaram dessa roda de memória as lideranças: Francisca Nascimento (Nenzinha), Josineide Luz de Freitas (Joice), Maria de Fátima Carloto de Sousa (Maninha), Maria das Graças Inácio Tabosa, Maria Iolanda Silva Lima, Maria Nícia Lima Santos, Maria Socorro Holanda Freitas, Miguel Ferreira Neto (Pai Neto), Regina Machado de Mello (Tia Regina), Rogério Costa, Valéria Pinheiro, Valnice de Freitas Lima, Zélia Inácio Taboza.

Depois de uma escrita cuidadosa e pontual, os tópicos de texto foram pinçados e partilhados aos grupos interessados referenciados, por respeito e como estratégia de construção coletiva de uma documentação sobre os nossos fazeres na luta por direitos. Esta obra é um exercício de reflexão. Ela é uma luz sobre nós e também uma oportunidade de aprendizagem, de autoavaliação, e de nos estimular a olhar para frente com mais assertividade e respeito pela nossa própria história, em que somos o centro da narrativa e os protagonistas da história.

Nossos agradecimentos aos feedbacks dados aos textos pelo Fórum de Cultura do Grande Bom Jardim, pelo Maracatu Nação Bom Jardim, pelo Conselho Gestor do Ponto de Memória do Grande Bom Jardim, pelos assessores técnicos do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza. Também devemos salientar que os relatórios técnicos do CDVHS foram importantes fontes de pesquisa para este trabalho de documentação histórica. Também pesquisamos em periódicos, em publicações acadêmicas, em redes sociais, em sites governamentais e em bases legais da política urbana do Brasil e da cidade de Fortaleza. A memória do processo talvez tenha sido a pedra angular para o registro. Este é um registro textual, à luz do registro visual expográfico, sobre a trajetória de um movimento social periférico, escrito pelos que viveram e fizeram a história.



Rede de Desenvolvimento
Local Integrado e Sustentável
do Grande Bom Jardim



Nós por nós



“A Rede DLIS pra mim é um instrumento de muita força e de visibilidade. É o caminho certo para se conseguir sucesso na luta desde que os componentes dessa Rede sejam humanitários e solidários, tenham pensamento coletivo, pois precisam abandonar o egoísmo. Isso sempre foi minha desavença na Rede”.

Iolanda Lima, Centro de Defesa da Vida
Herbert de Souza

“Significa a integração das forças, das lutas. Potencial criativo na garantia de direitos, no movimento pela vida”.

Joice Luz, Espaço Geração Cidadão de Arte e Cultura



“A Rede DLIS, para mim, é uma ideia de organização com visão à distância de transformação humanitária e de crescimento pessoal e coletivo de melhoria de qualidade de vida, através de luta, construindo história, luta por espaço pra morar, saúde, qualidade na educação, tudo isso só é possível com organização e afeto. DLIS é um círculo feito de gente. Só tenho a agradecer. Viva nossos sonhos”.

Valnice de Freitas Lima, comunidade Parque
São João, Siqueira.

“A Rede DLIS significa muito para mim. Eu entrei na Rede e tomei muito conhecimento de como podemos administrar uma associação com vários níveis de problemas, daqueles que sempre surgem na comunidade em que a gente vive na grande metrópole de Fortaleza, sempre quando tomamos conhecimento do problema queremos resolver”.

Nícia Santos, Conselho Comunitário do Parque Santo Amaro.





“Fortalecimento das instituições do Grande Bom Jardim, unificando ações em busca do bem comum”.

Fátima Carloto (Maninha), União dos Moradores do Bairro Canindezinho e Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza



“A Rede DLIS é uma sociedade de organização e de controle social das políticas públicas sociais, urbanas e afirmativas”.

Pai Neto, Associação Espírita de Umbanda São Miguel

“A Rede para mim é um movimento muito avançado”.

Zélia Tabosa, Associação dos Moradores da Comunidade Marrocos



“Rede DLIS é um intercâmbio da sociedade civil com o poder público, um espaço para discussão de novos caminhos, de melhorias para o bairro. É um modelo de união de pessoas em prol de algo grande, organizado, pensado, planejado, para o bem comum”.

Valéria Pinheiro, moradora da Granja Portugal, professora, idealizadora do Núcleo de Ação Socioeducativo (NASE)



“A Rede DLIS para mim é muito importante, no momento em que se reanima junto às comunidades, em uma luta para conseguir algo. É reunir os moradores, eles ficam muito contentes. Por causa da luta pela ZEIS houve a conquista de duas moradoras da comunidade para o movimento, a dona Áurea e a dona Leda”.

Dona Graça Tabosa, Associação dos Moradores Unidos do Parque São Vicente.

“A Rede DLIS é uma forma de reivindicação de direitos, junto aos nossos poderes públicos”.

Regina Melo (tia Regina), Associação Projeto Paz



Fonte: Grupo Focal Rede de Afetos,
novembro de 2018.

Princípios e Valores que Orientam as Práticas da Rede DLIS

Solidariedade

Agir com base no respeito, na sensibilidade e no apoio às causas coletivas, sociais e comunitárias, no Grande Bom Jardim e outros territórios da cidade;

Participação Democrática

Exercitar constantemente o direito de participar das decisões políticas fundamentais que afetam nossa vida;

Transparência

Estabelecer relações claras, públicas, tanto no processo político como no uso dos recursos;

Respeito à diversidade

Fazer com que as diferenças não sejam empecilhos para o diálogo, para a construção de relações éticas, democráticas e para a participação social, independente de raça/etnia, gênero, orientação sexual, credo e opção partidária;

Autonomia Política

Reconhecer-se como sujeito político frente a outros sujeitos políticos da cidade, seja no âmbito do Estado, seja na sociedade civil, reafirmando nossa autonomia na afirmação de nossas posições políticas em defesa dos direitos humanos.

Missão da Rede DLIS

Afirmar os direitos humanos como estratégia de luta por políticas públicas com participação popular para o desenvolvimento local.

Pacto Territorial e Rede

Em dezembro de 2003, como ação integrante do Programa de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável da Organização da Sociedade Civil (OSC) Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), foi realizada a I Conferência em Direitos Humanos e Desenvolvimento Local, realizada, na Escola Municipal Florival Alves Seraine, no bairro Canindezinho.

Este evento foi singular por promover um processo indutivo de construção e de afirmação do Pacto Territorial, através de uma Carta Compromisso, em que 32 entidades comunitárias locais assinaram o pacto territorial pelo desenvolvimento da Região e endossaram a criação da instância de articulação popular Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável (Rede DLIS), com finalidade de gerar as condições políticas de promoção sustentável do desenvolvimento integrado e local do território Grande Bom Jardim. O número de organizações locais signatárias da Carta Compromisso chegou a 93 em períodos subsequentes.

Desde a década de 90 que o Centro Herbert de Souza levanta a bandeira do Desenvolvimento Local. E dois dos fundamentos dessa lógica são: a afirmação de um território (de um lugar de onde se fala), e de uma territorialidade (poder de domínio sobre o espaço). A estratégia, então, foi constituir uma política de representação do território Grande Bom Jardim (GBJ) e uma articulação político-espacial do tecido associativo da

região. Portanto, a esta última, as organizações reunidas denominaram como Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS do GBJ).

Marco temporal da constituição do Pacto Territorial e Rede

Foi implementado um movimento local de Construção Social do Território Grande Bom Jardim e de novos atores sociais em dois ciclos:

O primeiro ciclo de 1997 a 1999, denominado Ciclo de Cidadania

1997

Ciclo de
Cidadania

1999

Ciclo Identidade Territorial e Social do Grande Bom Jardim

2000

O segundo, de 2000 a 2002, compreendido como Ciclo Identidade Territorial e Social do Grande Bom Jardim, com potencialização de um conjunto estratégico de organizações sociais por bairro do território.

2002

Assim, a partir de 2003, para a implementação do Pacto Territorial e de criação da Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável foram vivenciados quatro ciclos:

Parceria com a Universidade Estadual do Ceará (UECE), através do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano (GPDU) e início da pesquisa sócio participativa territorial; e implementação de um trabalho técnico de mobilização social territorial para a formação da Rede DLIS do GBJ;

Realização de trabalho técnico de acompanhamento das organizações por bairro do território para a formação da Rede DLIS com lançamento e estudo comunitário orientado de pesquisa diagnóstico sócio participativo do Grande Bom Jardim;

Elaboração objetiva da Política de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim, estruturada nos Planos Estruturantes¹ de Desenvolvimento Local GBJ. Este é o documento mestre orientador da Rede DLIS. A Política de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim é a referência para a incidência política da Rede, através de um processo continuado de monitoramento, avaliação e sistematização.

O documento elaborado em 2005 tem visão de futuro de 20 anos, com olhar para 2025, e foi atualizado em 2015. A Política de Desenvolvimento Sustentável é avaliada e atualizada no evento Conferência de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim.

2003

Geração das condições sociais, políticas, conceituais de criação sustentável do coletivo de articulação popular em desenvolvimento local do território Grande Bom Jardim, a Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS do GBJ), a partir do projeto trienal “Um Futuro Mais Humano para o Brasil”.

2004

2005

2015

¹Conjunto de documentos e agendas locais elaborados com ampla participação dos diversos segmentos sociais, que revelam as vocações, potencialidades, oportunidades, vantagens comparativas e competitivas, definindo um eixo que oriente o desenvolvimento local” com garantia de direitos nas diferentes dimensões, de competência governamental, comunitária e empresarial em curto, médio e longo prazos. (“Um futuro mais humano para o Brasil” – Projeto

As Conferências e as políticas de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim

A I Conferência em Direitos Humanos e Desenvolvimento Local foi realizada em dezembro de 2003, na Escola Municipal Florival Alves Seraine – Pacto pelo Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim, evento em que 32 entidades comunitárias assinaram o pacto territorial pelo desenvolvimento da Região, através de uma Carta de Compromisso.

Nos dias 30 de novembro e 01 de dezembro de 2005 foi realizada a II Conferência de Desenvolvimento do Grande Bom Jardim, no CAIC Maria Alves Carioca, onde as 72 entidades da Rede de Desenvolvimento Local do Grande Bom Jardim – Rede DLIS, aprovaram a “Política de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim”, pretendendo-se assim em 20 (vinte) anos, ou seja, no ano 2025 ter a Região transformada num Jardim Residencial: um território socialmente construído, pertencente à bacia do rio Maranguapinho, localizado na área sudoeste de Fortaleza e integrado ao seu entorno metropolitano, com acesso a infraestrutura, cultura, entretenimento, serviços públicos de qualidade e com uma economia local que dinamize múltiplas oportunidades de trabalho, emprego e renda, sendo protagonizado por moradores organizados e instituições públicas e privadas responsáveis pelo desenvolvimento local sustentável.

Nos dias 01 e 02 de dezembro de 2006 foi realizada a III Conferência de Desenvolvimento Local do Grande Bom Jardim – Desenvolvimento como Direito à Cidade, realizada na Escola Estadual Júlia Alves Pessoa, momento de monitoramento da Política de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim, observando a inclusão de suas propostas nos processos de planejamento oficial da cidade: Orçamento Participativo, Plano Diretor Participativo de Fortaleza – PDPFor e no Plano Plurianual. Foram contemplados debates acerca do empreendedorismo e lei da pequena empresa, como perspectiva do desenvolvimento econômico local.

Nos dias 26, 27 e 28 de junho de 2015 foi realizada a IV Conferência do Desenvolvimento do Grande Bom Jardim, com a temática da integralidade e afirmação dos direitos humanos, pelo direito à cidade com proteção integral a crianças, adolescentes e jovens. Antes, foi realizado um amplo processo de pré-conferências numa perspectiva de revisão geral da Política de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim, atualizando o documento através de um debate crítico sobre o Território que Temose o Território que Queremos, agregando novas propostas ao documento do planejamento dos bairros. Foram incluídas ações prioritárias sobre crianças, adolescentes e jovens, observando o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Criança e Adolescente, de 2011, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, numa parceria com Visão Mundial e Terre des Hommes. Dentre outras ações nesse campo das discussões prioritárias, foram realizadas, no dia 18 de maio, ações pelo Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Neste evento, a perspectiva patrimonial e museal foi incluída na programação, numa parceria com o Ponto de Memória do Grande Bom Jardim, com o lançamento da exposição Terra de Todos os Credos - Grande Bom Jardim: De Onde Viemos?, a palestra do poeta-museólogo-cientista-gestor Mário Chagas e a participação de representações dos Pontos de Memória Terra Firme (Belém, PA), Museu Mangue do Coque (Recife, PE), e Museu de Favela (Rio de Janeiro, RJ), com apoio do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Concepções de desenvolvimento sustentável

Em 2004, as instâncias articuladas e integradas ao coletivo Rede DLIS foram atravessadas pelo conceito de desenvolvimento sustentável formulado e transferido pelo filósofo, mestre em promoção do desenvolvimento, urbanismo e organização do espaço, doutor em sociologia, e professor associado dos Programas de Graduação e Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), entre 1976 e 2011, Luis de La Mora².

O conceito de desenvolvimento sustentável de Luis de La Mora foi acolhido e incorporado pela Rede DLIS, através da Política de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim.

²Luis de la Mora foi membro da Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz (1983-1986), Presidente da Comissão Municipal de Educação de Jovens e Adultos do Recife (1986-1987), Diretor Geral de Coordenação da Secretaria de Habitação de Pernambuco (1987-1988), Presidente da FEBEM-PE (1988-1991). Membro do Conselho de Desenvolvimento Urbano do Recife (1983-1985, 1995- 1998, 2003-2005, 2010-, Conselheiro Estadual das Cidades (2008-) Presidente da Comissão de Direitos Humanos Dom Helder Câmara da UFPE, Coordenador de Formação de educadores do Projeto Projovem Urbano da Prefeitura do Recife. Faleceu em 16 de novembro de 2018, no Recife, aos 74 anos. Lutou toda a sua vida pela promoção da justiça, da igualdade social e dos direitos humanos.

O Grande Bom Jardim que queremos

Queremos e planejamos o Grande Bom Jardim

para o desenvolvimento sustentável, interferindo nos rumos do lugar e da cidade:

“Ecologicamente
equilibrado/ambientalmente sustentável
Socialmente justo e incluyente
Economicamente viável
Juridicamente fundamentado
Culturalmente diverso
Tecnicamente competente e ético
(transparente) e
Politicamente democrático participativo

Luis de La Mora

Afetos e valores



Em 2003, eu creio que já não acreditava mais no sistema socialista e desanimado com os movimentos de associação e vendo o capitalismo imperar o desânimo era grande, quando fui convidado para participar de uma reunião do CDVHS para a criação da Rede DLIS e lá vem outro jargão: não se dá o peixe e sim uma vara e ensinar a pescar. Eu já estava cansado daquelas concepções e mesmo assim continuei, foi florescendo a ideia, com outras perspectivas de regime de luta me animou para os movimentos sociais, não para o radical, mas sim para o empreendedorismo social. Isto me fortaleceu para continuar nos movimentos sociais até hoje.”

(Pai Neto, Associação Espírita de Umbanda São Miguel).



**REPRESENTAÇÃO,
PARTICIPAÇÃO
COMUNITÁRIA E
MOBILIZAÇÃO SOCIAL**

Como compreende Ernesto Laclau, nos países do terceiro mundo, periféricos do sistema econômico global, as desigualdades sociais são tão abruptas e violentas que aniquilam identidades sociais no nível da existência política na sociedade civil ao ponto de gerar situações em que fica impossível se instituir um interesse que fundamente uma vontade de ser representado dentro do sistema político.

Nestes casos, ainda segundo Laclau, cabem aos líderes populares, devolver à massa marginalizada a sua identidade social através de uma linguagem que as facilite reconstituir sua identidade e vontade políticas.

“ mobilizar não é apenas mover/conduzir pessoas, antes, faz-se necessário que as pessoas se percebam integrados e pertencentes a grupo/coletivo

A relação representado/representante é a condição básica da participação e da mobilização democrática. A representação se fundamenta na capacidade de instituir e de compartilhar desejos, objetivos e sonhos entre pessoas cuja relação é baseada na confiança mútua/recíproca, o que na sociologia política é conhecido pelo termo capital social.

Neste caminho, duas dimensões do engajamento cívico são a participação e a mobilização sociais. Para haver participação faz-se necessária a mobilização. Como defendem José Bernardo Toro e Nísia Maria Duarte Werneck, a mobilização é um modo de construir a democracia e a participação (TORO & WERNECK, 1996, p.5). Mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados.

Assim, mobilizar não é apenas mover/conduzir pessoas, antes, faz-se necessário que as pessoas se percebam integrados e pertencentes a grupo/coletivo e que tenham clareza e discernimento consciente da direção a ser seguida para o alcance de um propósito comum, e movidas e fundamentadas em significados e sentidos compartilhados.

Convocar vontades, então, significa produzir e proferir discursos que afetem e que gerem identificação entre pessoas que vivenciam os mesmos problemas, em condições de gerar decisões e ações no sentido de um objetivo comum, para um ato movido pela paixão, para uma escolha que atravessasse todo o cotidiano da comunidade. Mobilização pode ser entendido como um ato de comunicação, enquanto um processo de compartilhamento de discurso, de visões de mundo e de informações. (TORO & WERNECK, 1996).

Fazem-se necessários, portanto, **desejo, sonho, objetivos comuns** e um **sentimento partilhado de comum identidade**, baseado na **confiança recíproca** entre as pessoas do coletivo. Toda participação social é mediada pela produção e compartilhamento de sentidos, segundo uma identidade comum. Portanto, mobilizar não é um evento, não se resume a uma ação pontual.

Mobilizar é, sobremaneira, um movimento compartilhado de redescrição cotidiana, a partir da realização diária de ações orientadas e planejadas, segundo um propósito comum, pois a sustentação do engajamento cívico requer a atualização constante dos sentidos e dos significados para a participação social.

O social é definido pelo político, como defende a teoria do discurso de Ernesto Laclau. O político é o campo do antagonismo e do conflito e se constitui na e pela linguagem, através da luta pelo poder hegemônico ou pela vontade de poder. Assim funciona o político, na estrutura da linguagem, na luta por determinar uma totalidade que nunca se fecha, nunca se define, pois as representações sociais disputam a todo momento o poder de instituir os significantes que preenchem os significados e os sentidos das coisas. Assim, tanto o social como a língua operam no campo do indecível. Esta busca infinita e cotidiana impulsiona e mobiliza identidades sociais a se constituir representação na sociedade civil e se centrar na sociedade política e ocupar os espaços de tomada de decisão.

‘Mobilizar é um movimento compartilhado de redescrição cotidiana, a partir da realização diária de ações orientadas e planejadas.



É o horizonte ético e de justiça social que dá sentido a um movimento de mobilização social. Na Rede DLIS do Grande Bom Jardim, estes horizontes são alargados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, pela Constituição Federal de 1988 e pela Política de Desenvolvimento Sustentável:

Constituição da República Federativa do Brasil

PROMULGADA EM 05 DE OUTUBRO DE 1988

Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em um Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- a soberania;
- a cidadania;
- a dignidade da pessoa humana;

IV. Os valores do trabalho e da livre iniciativa;

V. o pluralismo político.

Parágrafo Único: TODO PODER EMANA DO POVO, que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta constituição.

Art. 2º. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II – garantir o desenvolvimento nacional;
- III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Incidência Sociopolítica da Rede DLIS

Em 2005, por ocasião da política de planejamento participativo, implementada pelo primeiro mandato da gestão Luizianne Lins, do PT (2005-2008), a Rede DLIS estava apropriada e empoderada sobre o Diagnóstico Sócio Participativo do Grande Bom Jardim, elaborado ao longo de dois anos, entre 2002 e 2004, numa ação conjunta entre o Núcleo Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano (GPDU), da Universidade Estadual do Ceará (UECE), e a Organização da Sociedade Civil Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), com pesquisa de campo realizada por 10 moradores locais e 06 estudantes acadêmicos. E com base neste diagnóstico o coletivo encontrava-se em pleno processo de planejamento da Política de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim, quando definiu, em reuniões nos Comitês Populares por bairro, ser estratégico participar das Assembleias Eletivas do Orçamento Participativo (OP) do município de Fortaleza.

Esta metodologia técnica usada pela Rede DLIS garantiu a incidência da plataforma política de desenvolvimento sustentável do território, elaborada de forma participativa pelas instâncias territoriais da Rede DLIS, nas peças de planejamento da cidade de Fortaleza. Nascia assim, de forma pragmática, uma das principais tecnologias

sociais e metodologias participativas da Rede, o planejamento e a incidência política segundo fundamentação técnica por diagnóstico territorial participativo, articulando conhecimentos acadêmicos e populares.

Além de afirmar a plataforma política de desenvolvimento sustentável do território GBJ no OP, lideranças se organizaram estrategicamente e garantiram tanto a eleição como delegadas do OP como também assentos no Conselho do Orçamento Participativo (COP) da Regional V.

Dos 42 delegados eleitos na Assembleia do OP da Regional Administrativa V, 31 foram de delegados do território Grande Bom Jardim, de moradores e lideranças articulados e mobilizados pela Rede DLIS, por meio da atuação dos Comitês Populares por bairro. Assim, o poder de articulação da Rede DLIS garantiu 76% do total de assentos de delegados de toda a Regional V no OP. E com este poder de representatividade territorial, a Rede DLIS dominou o COP da Regional V. Estas foram as prioridades de políticas públicas por bairro e a estratégia de composição dos moradores para representação legítima como delegados e conselheiros do OP da Regional V por temáticas:

Canindezinho

Prioridades:

- ▶ Construção de 01 posto de saúde modelo no bairro Canindezinho, com várias especialidades clínicas, equipamentos e programa saúde da família. melhorar estruturação dos postos já existentes do Grande Bom Jardim e concluir o posto de saúde do Sumaré. (Apresentação e defesa da proposta: Regina Severino)
- ▶ Pavimentação/drenagem dos 556 logradouros dos bairros granja Lisboa, granja Portugal, Bom Jardim, Canindezinho e Siqueira, conclusão da obra de drenagem e pavimentação do parque Nazaré, promovendo melhorias na saúde, transporte, acesso e mobilidade entre os bairros. (Apresentação e defesa da proposta: Francisco)
- ▶ Construção de um cuca no canindezinho entre as ruas Itatiaia e Osmar Lima; construção da ponte do Parque Jerusalém Conjunto Esperança; e retomada da reforma da praça do Canindezinho. (Apresentação e defesa da proposta: Rodrigues)

Composição de Candidatos a Delegados por Segmento:

- ▶ **Territorialidade:** Regina Severino, Joaquim CPEC e Iolanda Lima
- ▶ **Idosos/as:** Jaqueline, Marina e Maria Noila
- ▶ **Mulher:** Fátima Carloto, Bernadete, Iane e Lúcia
- ▶ **Adolescentes/Juventude:** Salete, Eric e Danilo

13 candidatos/as

Granja Liboa

Prioridades:

- ▶ Implantar, a partir de 2006, nos dois postos de saúde do bairro Granja Lisboa (Guarany monte Alverne e Dom Lustosa) o funcionamento dos atendimentos até às 22 horas (três turnos); – (apresentação e defesa da proposta: Avanir)
- ▶ Transformar o estádio de futebol do bom jardim (José Valmir Jorge) em um centro integrado de educação, esporte e cultura; - (apresentação e defesa da proposta: Auricélia)
- ▶ Pavimentação e drenagem em todos os 556 logradouros dos bairros granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim, Canindezinho e Siqueira, conclusão da obra de drenagem e pavimentação do parque Nazaré, promovendo melhorias na saúde, transporte, acesso e mobilidade entre os bairros. Sheile (apresentação e defesa da proposta: somente o Francisco do Canindezinho apresenta e os 05 bairros votam)

Composição de Candidatos a Delegados por Segmento:

- ▶ **Territorialidade:** Auricélia Sales, Marcos Amorim
- ▶ **Idosos/as:** Tia Diza
- ▶ **Mulher:** Avanir
- ▶ **Adolescente/Juventude:** Tamires, Sheile, Bruno e Caio
- ▶ **Deficientes:** Fátima

Siqueira

Prioridades:

- ▶ Drenagem e pavimentação nos 556 logradouros dos bairros Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim, Canindezinho e Siqueira, conclusão da obra de drenagem e pavimentação do Parque Nazaré, promovendo melhorias na saúde, transporte, acesso e mobilidade entre os bairros; (apresentação e defesa da proposta: somente o Francisco do Canindezinho)
- ▶ Construção de um centro de cidadania no Siqueira; (apresentação e defesa da proposta; Antônio ou José Ivan)
- ▶ Criar uma política de combate ao desemprego no Siqueira, envolvendo 1000 pessoas por ano (geração de trabalho e renda), com ações, projetos e programas, tais como: microcrédito, prestação de serviços, cursos profissionalizantes, estágios remunerados, dentre outros, além dos que podem ser criados; (apresentação e defesa da proposta; Francisco da Palmácia).

Composição de Candidatos a Delegados por Segmento:

- ▶ **Territorialidade:** Ana do Nazaré
- ▶ **Idosos/as:** Vacância
- ▶ **Mulher:** Fátima da Ocupação 8 de Dezembro
- ▶ **Adolescente/Juventude:** Vanessa, Carlos Augusto, Odécio, Reginaldo, Eduardo e Rafaela

9 candidatos/as

Granja Portugal

Prioridades:

- ▶ Drenagem e pavimentação de todos os 556 logradouros dos bairros bom jardim, canindezinho, Siqueira, Granja Lisboa e Granja Portugal, conclusão da obra de drenagem e pavimentação do parque Nazaré, promovendo melhorias na saúde, transporte, acesso e mobilidade entre os bairros. sheile (somente o Francisco do Canindezinho apresenta e os 05 bairros votam)
- ▶ Construir um polo de lazer (esporte, cultura, para Granja Portugal)
- ▶ Serviços de atendimento nos postos de saúde com profissionais e equipamentos suficientes nos três turnos.

Composição de Candidatos a Delegados por Segmento:

- ▶ **Territorialidade:** Geraldo, Maria Aparecida (Inês), Erlânia
- ▶ **Idosos/as:** Biba Pimentel
- ▶ **Mulheres:** Silvia, Valéria
- ▶ **Adolescente/Juventude:** Aline

8 candidatos/as

Bom Jardim

Prioridades:

- ▶ Urbanização (moradia), drenagem e pavimentação de todas as ruas, canais e áreas ocupadas dos bairros Bom Jardim, Canindezinho, Siqueira, Granja Lisboa e Granja Portugal. (Zuleide)
- ▶ Construção de um mercado público para produtores (as) e empreendedores (as) locais na área de alimentação, vestuário hortigranjeiros, artesanato, floricultura, calçado, etc. priorizando mulheres chefes de famílias; (Nice)
- ▶ Construção de dois postos de saúde bem estruturados no bom jardim (santo amaro e pq. santa Cecília), com profissionais capacitados e com segurança da guarda municipal; (Toinha)

Composição de Candidatos a Delegados por Segmento:

- ▶ **Territorialidade:** Zélia, Ricardo, Toinha, Zuleide, Nice
- ▶ **Idosos/as:** Osmarina
- ▶ **Mulheres:** Nícia
- ▶ **Adolescente/Juventude:** Erberson, Bianca de Freitas, Bianca

10 candidatos/as

Lista de Delegadas/os Eleitas/os para Orçamento Participativo da Regional V

Nº	Nome	Votos	Setor	AP/ Segmento	Resultado
1	Marcos Antonio Silva Amorim	81	Territorial	AP 10	Eleito
2	Maria Ferreira Góes Nunes	71	Territorial	AP 10	Eleita
3	Maria Zuleide de Paiva Freitas	41	Territorial	AP 10	Eleita
4	Antônia Linhares	36	Territorial	AP 10	Eleita
5	Zélia Inácio Taboza	35	Territorial	AP 10	Eleita
6	Amélia Maria Cabo Queiroz	34	Territorial	AP 10	Eleita
7	Francisco José Bezerra	31	Territorial	AP 10	Eleito
8	Maria Erlânia de Sousa	30	Territorial	AP 10	Eleita
9	Maria Gorete Alves Vidal	26	Territorial	AP 10	Eleita
10	Maria Zenilce de Freitas	24	Territorial	AP 10	Eleita
11	Antônio Edilson da Silva Oliveira	21	Territorial	AP 10	Eleito
12	Maria Iolanda Silva Lima	21	Territorial	AP 10	Eleita
13	Ana Maria Santos da Silva	18	Territorial	AP 10	Eleita
14	Pedro Uchoa Lima	16	Territorial	AP 10	Eleito
15	Maria Auricélia Sales	13	Territorial	AP 10	Eleita
16	José Ricardo Ibiapina	11	Territorial	AP 10	Eleito
17	Ivanilson de Mesquisa José Nilson	9	Territorial	AP 10	Eleito
18	Cícero Lima da Conceição	2	Territorial	AP 10	Eleito
19	Francisco Reginaldo Nogueira	2	Territorial	AP 10	Eleito
20	Fernando Antônio Guimarães	1	Territorial	AP 10	Eleito

Continuação

Nº	Nome	Votos	Setor	AP/ Segmento	Resultado
21	Marina Santiago de Mendonça	7	Segmento	Idosas	Eleita
22	Maria Lucena de Lima	5	Segmento	Idosas	Eleita
23	Cláudio Paiva do Nascimento	13	Segmento	Negros	Eleito
24	Maria Lílian de Maria	6	Segmento	Negras	Eleita
25	Maria Aparecida de Silva	38	Segmento	Mulheres	Eleita
26	Regina Maria da Silva Severino	22	Segmento	Mulheres	Eleita
27	Maria Bezerra	11	Segmento	Mulheres	Eleita
28	Maria de Fátima Carloto Sousa	9	Segmento	Mulheres	Eleita
29	Maria Nícia Lima dos Santos	9	Segmento	Mulheres	Eleita
30	Maria Avani Rocha Maia	7	Segmento	Mulheres	Eleita
31	Maria de Fátima Freire	6	Segmento	Mulheres	Eleita
32	Maria Rosildemir Varela	6	Segmento	Mulheres	Eleita
33	Yane Félix Da Silva	5	Segmento	Mulheres	Eleita
34	Maria Bianca de Freitas	-	Segmento	Adoles./Juv	Eleita
35	Francisco Odécio Brutago	-	Segmento	Adoles./Juv	Eleito
36	Daniela Silva da Costa	-	Segmento	Adoles./Juv	Eleita
37	Valéria da Silva	-	Segmento	Adoles./Juv	Eleita
38	Vanusia Moreira do Nascimento	-	Segmento	Adoles./Juv	Eleita
39	Rafaela de Medeiros Freitas	-	Segmento	Adoles./Juv	Eleita
40	Nayara Santos da Cunha	-	Segmento	Crianças	Eleita
41	Wátila Pereira Gomes	-	Segmento	Crianças	Eleita
42	Domingos Lutemberg Dos S .Martins	-	Segmento	Crianças	Eleita

Celebrando conquistas

A incidência política organizada, em massa e propositiva da Rede DLIS nos ciclos do Orçamento Participativo de Fortaleza, na gestão Luizianne Lins (PT), teve resultados expressivos em vários setores das políticas públicas. Destacamos aqui as conquistas da saúde e da cidade e urbanismo.

No setor da saúde, o bairro Canindezinho teve duas importantes conquistas, a Unidade de Atenção Primária em Saúde (UAPS) Regina Maria da Silva Severino, na comunidade Parque Jerusalém, e a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no Planalto Vitória/Jardim Fluminense, como resultados diretos dessa intervenção organizada da Rede DLIS na agenda do Orçamento Participativo de Fortaleza.

► UAPS Canindezinho



► Foto: extraída do blog Eliomar de Lima/colunista O Povo

A UAPS Regina Severino levou dez (10) anos de construção e foi inaugurada dia 05 de agosto de 2016, seis (06) meses depois do falecimento da liderança que deu o nome ao equipamento. O posto, a ponte sobre o rio Siqueira/Maranguapinho e projeto habitacional em programa federal, em caráter de autogestão foram três das últimas grandes agendas encabeçadas por Regina Severino. Esta foi uma liderança comunitária histórica nas lutas de bairros, vilas e favelas da cidade de Fortaleza e integrante da Rede DLIS.

A outra conquista é a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Canindezinho no Planalto Vitória/Jardim Fluminense, situada à Rua 15, esquina com a Rua José Dantas Vieira. Esta foi a quarta UPA 24 horas construída pelo Governo do Estado com apoio do Ministério da Saúde em Fortaleza. Segundo dados do governo do Estado do Ceará, a unidade teve um investimento total de R\$ 5.263.130,60, sendo desse total, R\$ 3.953,131,00 com investimento em obras e R\$ 1.309.999,60 com investimento na aquisição de equipamentos. A unidade foi entregue à população pelo governador Cid Gomes (PSB), no dia 27 de junho de 2012.

▶ UPA Canindezinho



▶ Foto: extraída do blog Eliomar de Lima/colunista O Povo

A UPA do Canindezinho foi classificada como de porte 3, e entregue com 15 leitos e 43 médicos para atender em casos de urgência e emergência com capacidade para realizar 450 atendimentos por dia.

As lideranças locais, entre os quais Macedo Lopes, denunciavam que a comunidade não tem Unidade de Atenção Primária em Saúde (UAPS). As famílias são atendidas no posto do bairro Conjunto Esperança.

O equipamento foi construído em lote institucional do conjunto, terreno provisionado para edificações de equipamentos sociais. Nestes lotes, para cumprir a função social da educação, também foram construídos a Escola Municipal e o Centro de Educação Infantil (CEI) Jornalista Demócrito Dummar, entre 2012 e 2013.



TECNOLOGIAS SOCIAIS

Comissões de trabalho

Almeida (2014) destaca que a Rede DLIS também é perspicaz no arranjo e desenvolvimento de tecnologias sociais para leituras da realidade, de forma a lhe imprimir uma notoriedade pública e um grau de habilidade técnica. Ou seja, seus discursos são formulados tomando como base aspectos materiais da vida social, recurso que confere legitimidade aos seus argumentos e pleitos, na medida em que estes se estruturam por meio de uma engenharia técnica, bem fundamentados, e manipulados pelos próprios moradores e entidades associativas organizadas.



O Projeto Rio Maranguapinho é uma grande conquista da luta organizada da Rede

Uma tecnologia social, em nível de estratégia organizacional, implementada pela Rede DLIS tem sido as Comissões de Trabalhos por temática ou política setorial, conforme diagnósticos e leituras periódicas de cenários sazonais. Cada comissão realiza demandas específicas de acordo com a temática/política a ela atribuída, em processos sistemáticos de diagnóstico, de planejamento, de proposição, de negociação, de monitoramento e de exigência de políticas públicas. Podemos citar algumas dessas Comissões: Comissão de Segurança Humana; Comissão ZEIS Bom Jardim e Moradia Digna; Comissão Rio Maranguapinho; Comissão das Juventudes; Comissão de Saúde e Comissão de Articulação da Rede DLIS. Dentre outras atividades, a Rede DLIS realizou/realiza:

Pela Comissão de Monitoramento do Projeto Rio Maranguapinho, desde 2010, a Rede DLIS acompanha as ações do Projeto Rio Maranguapinho e consideramos o Projeto Rio Maranguapinho uma grande conquista da luta organizada da Rede, uma das maiores políticas urbanas no Brasil em porte financeiro e dimensões do Governo Federal. As entidades da Rede apoderaram-se das políticas oficiais de planejamento e dos programas dos governos para pautar o Rio nas ações do Programa de Aceleração do Crescimento 1 (PAC 1), no planejamento da cidade, através do Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFor 2009) e Orçamento Participativo.

Em 2010, foi garantido um avanço no formato do monitoramento nesta que foi uma das maiores obras do PAC 1 e 2 no Brasil, o Projeto Rio Maranguapinho. Em Audiência Pública, realizada em 08 de dezembro de 2010, no CAIC Maria Alves Carioca, no bairro Granja Lisboa, uma atividade em comemoração à Declaração Universal dos Direitos Humanos, um diálogo propositivo entre governos (municipal e estadual), sociedade civil e defensoria pública estadual para prestação de contas do Projeto Rio Maranguapinho e garantia de informações às famílias afetadas pelo projeto.

Para continuidade do diálogo permanente entre os setores, criou-se uma instância oficial de monitoramento envolvendo Estado e Sociedade Civil, demandado pelo Comitê Pró-Maranguapinho, Rede DLIS e comunidades acompanhadas pela Cáritas, com a presença da Defensoria Pública do Estado, oficializada pelo Decreto nº 30.571 de 07 de junho de 2011, o Grupo de Trabalho Multiparticipativo, Institucional e Intersetorial - GTMII. O Estado do Ceará, através da Secretaria das Cidades, acolheu a lista de entidades que subscreveram o documento tornado público na referida audiência pública, para a composição oficial da instância, segundo decreto estadual. O ato surpreendeu o movimento.

Nesse GT tiveram assento o CDVHS e mais duas entidades da Rede DLIS: a Associação Cultural Santa Terezinha do Menino Jesus e a União dos Moradores do Bairro Canindezinho; além da Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza (CAF), a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza - FBFF e o Centro de Formação Profissional e Inclusão Social - Qualifica. Todas essas entidades eram componen-

tes do Comitê Pró-Maranguapinho, a partir de uma articulação da Rede DLIS em âmbito municipal.

Essa conquista apresentou um novo desafio, qual seja, o empoderamento para o monitoramento com posicionamentos claros acerca das funções do Estado e do papel da sociedade civil na exigibilidade da efetivação de direitos e da transparência na gestão desse mega investimento.

No entanto, alguns limites travaram a efetividade da missão institucional e constitucional do GTMII. Primeiro, alegando impedimentos legais e administrativos, a sociedade civil não teve direito a compor a secretaria executiva da instância, o que fragilizou o envolvimento das organizações da sociedade civil na rotina dos trabalhos. Segundo, não foram representantes de primeiro escalão que ocuparam assentos dos poderes públicos. Os nomeados não tinham autonomia política deliberativa. E muitas vezes, as suas agendas ordinárias não coincidiam com as datas das reuniões oficiais da instância, o que gerava baixo quórum e, conseqüentemente, impedia o poder deliberativo das sessões. Terceiro, as reuniões oficiais da instância assumiram um formato mais de ouvidoria externa que de deliberação. Assim, as reuniões foram se esvaziando e perdendo o foco para o cumprimento de sua missão institucional e constitucional.

Um ponto alto da participação da sociedade civil nesta instância foi a realização de um ciclo de visitas aos canteiros de obras, a produção de um relatório técnico dessas visitas e a sua apresentação em reunião oficial do GT.

Caravanas de monitoramento

Entre 2010 e 2012, além de entidade da Rede compor o Conselho Estadual das Cidades e de ter produzido as condições políticas para a criação do GTMII como espaço de participação e deliberações políticas, a Rede DLIS, através de agenda do Comitê Pró-Maranguapinho, realizou cinco (05) aravanas de Monitoramento ao Projeto Rio Maranguapinho, com o objetivo de levantar dados qualitativos e informações empíricas relativas à execução das obras físicas e dos trabalhos técnicos sociais de acompanhamento das famílias beneficiárias do Projeto. Com a metodologia político-etnográfica, os participantes das Caravanas visitaram todo o percurso do Rio e obras físicas do Projeto Rio Maranguapinho, observando, registrando e se posicionando a respeito da realidade percebida.

▶ Caravanas de monitoramento



▶ Foto: acervo Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS)

Um exemplo de tecnologia social criada pela Rede são as denominadas Caravanas de Monitoramento de políticas setoriais. Coletivamente, as entidades da Rede DLIS vistoriam obras ou visitam equipamentos sociais e, com base em observações diretas, pesquisas legais, e de posse de um instrumental simples de anotação sentidas, constroem, participativamente, relatórios comunitários sobre a situação a que se encontra o desenvolvimento dos serviços públicos, de forma a se produzir uma espécie de parecer e constituir elementos passíveis de serem questionados, refletidos e negociados com autoridades competentes, em instância politicamente adequadas e criadas para esta natureza política e finalidade técnica de controle social, em termos da exigibilidade de direitos:



[...] Essas visitas elas foram a, são as caravanas que nós já inventamos a muito tempo de fazer, fazemos das obras do OP, pra dizer que as obras não estavam sendo executadas, fizemos isso com o rio maranguapinho, pra ver a situação do rio maranguapinho, e estamos fazendo com a saúde pra ver o, por exemplo, o que é que tá acontecendo com a saúde do Grande Bom Jardim [...] a gente percebeu que as equipes de saúde da família são uma grande invenção, [...] a questão estrutural, enfim, vários problemas. Isso tudo a gente espera construir um relatório, que a gente chama, né. Depois do relatório a gente quer pactuar com as autoridades formas mínimas pra gente tentar operar situações. Aí é que a gente chama de audiências populares. Depois de construir o relatório, a gente quer construir audiências populares com as entidades da rede e as pessoas que respondem pelos órgãos de saúde [...] enfim, fazer pressão social [...] pra que a gente dimensione o tamanho da violação de direitos à saúde e construa pactos, pra responsabilizar e pra viabilizar o direito”. **(morador e técnico da ONG CDVHS).**

Como salientado por Adriano Almeida (2014), um princípio de trabalho comunitário, diretamente ligado ao perfil de atuação da Rede DLIS, tem sua raiz na intervenção dos padres Combonianos, responsáveis pelo acompanhamento dos grupos pastorais da região, a partir de 1988 até meados da década de 1990, é a ação simultânea de fortalecimento endógeno e de capilaridade das comunidades locais no contexto externo, ou seja, a ligação entre as relações micropolíticas locais e as relações macropolíticas, assim, incidir e ocupar espaço na sociedade civil e tomar assento em instâncias deliberativas de políticas públicas na sociedade política.

A política setorial da Saúde é outro exemplo concreto em que a Rede DLIS lançou mão do recurso estratégico Caravanas de Monitoramento para visibilizar a violação de direitos e evidenciar o território como um lugar de direitos. Essa tecnologia social conferiu à Rede DLIS o poder de mobilizar a gestão municipal de política da saúde, os órgãos de defesa e promoção da justiça, de fazer ser criada uma mesa oficial de diálogo e de controle social da gestão das oito (08) Unidades da Atenção Primária em Saúde (UAPS's) do território GBJ. Na Mesa de Diálogo da Saúde tinha a participação da Rede DLIS e dos(as) presidentes dos Conselhos Locais de Saúde. A Caravana de Monitoramento às UAPS's foi realizada pela Rede DLIS, através da Comissão de Segurança Humana e da Comissão de Monitoramento da Saúde.

A UAPS Abner Cavalcante, situada à rua Joana Batista, 471, na comunidade Nova Canudos, que estava sem funcionamento, com servidores com medo da comunidade e dispensando no lixo remédios vencidos, e que seria transformada em um canil, foi reformada, ampliada e recebeu novos médicos - cubanos - do Programa + Médicos, que desenvolveram uma relação comunitária, foi reinaugurada dia 21 de fevereiro de 2014; a UAPS Argeu Herbster, da comunidade Santo Amaro, que, depois de um incêndio, passou a funcionar provisoriamente em uma casa alugada pela Prefeitura de Fortaleza, foi reconstruída do alicerce e com planta elaborada com participação da comunidade, e inaugurada em 21 de agosto de 2017, à rua Coronel João Correia, ao lado da escola municipal Sebastião de Abreu, uma das primeiras escolas fundamentais do Bom Jardim. E a implantação da UPA Granja Lisboa,

entre a Rua Sargento João Pinheiro e a Avenida Ari Maia, no segundo semestre de 2016.

SOBRE UAPS ABNER CAVALCANTE



[...] Eu me lembro que, seu Dedé num tá aqui, mas uma história que ele me falou que o prefeito ia na casa de um morador, né, da comunidade, aí o Dedé é amigo dela, aí combinou com ela, bem no auge dessa questão aí, o que fazer com aquele espaço, tinha uma possibilidade deles transformarem o espaço num canil. Aí o Dedé, quando o prefeito chegou, o Dedé chegou junto dele, né, aí disse: prefeito vamos aqui. Ele disse não. Aí ele disse, eu num quero saber disso não. Vamos ali Aí levou o prefeito, que foi com ele lá, e mostrou. É assim, é que, às vezes, é preciso as pessoas verem. Quem decide, decide só por informações de terceiros, né, às vezes informantes. Uma coisa é ouvir falar, outra é você ir lá, ver a situação, ver na real. Então, foi assim que o seu Dedé fez. Pegou o prefeito, foi lá, mostrou, é isso daqui, é esse espaço aqui. E a partir daí houve a mudança de postura, então, em vez de derrubar, vamos construir o espaço. [...] seu Dedé conta que o cara da Regional quando veio com essa proposta de dizer de transformar o espaço num canil, aí o Dedé foi e disse assim: se o senhor transformar num canil a sua mãe vai ser a primeira! [...] são várias coisas assim que parece ser agressivo, mas é uma postura de decisão assim". (Rogério Costa/CDVHS - Granja Lisboa).

Caminhada pela Paz

A Caminhada pela Paz é uma salutar tecnologia social criada pelo Centro Herbert de Souza, a partir do eixo institucional Juventudes, projeto Jovens Agentes de Paz (JAP), e coletivizada pela Rede DLIS aos grupos territoriais e a outros movimentos parceiros da cidade.

Uma das metodologias utilizadas pelo JAP foi as Rodas de Diálogos em seis (06) escolas públicas do território, por meio do Projeto pela Vida das Juventudes, debatendo e refletindo acerca das conflitualidades e como estas interferem nas relações entre estudante-estudante, estudante professor/as e gestores/as das escolas parceiras.

Das percepções das situações de violações de direitos humanos das juventudes dentro da escola e no Território, percebidas nas Rodas de Diálogos, dentre outras intervenções cotidianas, em abril de 2013, o JAP realizou a Caminhada Pela Paz, contra o Extermínio de Jovens no Grande Bom Jardim. O ato reuniu em torno de 1500 pessoas, caminhando pela Avenida Osório de Paiva, pelas ruas da comunidade Nova Canudos e finalizando na Vila Paralímpica do Canindezinho. Trechos considerados estratégicos pela organização do ato, denunciando o assassinato de jovens e a ausência de equipamentos com qualidade de esportes, artes, cultura e lazer para a juventude. A Caminhada pela Paz teve boa repercussão na mídia local.

A Caminhada pela Paz, contra o Extermínio de

Jovens, está na pauta como uma das principais ações de denúncia daquele ano. Além das escolas parceiras e da Rede DLIS, outros coletivos das periferias de Fortaleza, vem somando forças qualificando as denúncias dos descasos geradores de mortes de jovens, além de fortalecer pressões por políticas públicas que assegurem os direitos das juventudes.

A articulação política local tem a expertise de mobilizar pautas de interesse coletivo no parlamento estadual e municipal. Em outubro de 2013, garantimos a realização de uma Audiência Pública, requerida pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Ceará - ALEC. A audiência teve como função denunciar o descaso quanto à segurança e a proteção da vida das juventudes periféricas e chamar o poder público estadual à responsabilização pelas violações de direitos e morte das juventudes. As vozes das juventudes ecoaram nos salões da Assembleia Legislativa e repercutiu na sociedade política.

Essas duas grandes atividades, a Caminhada Pela Paz, contra o extermínio de jovens, e a Audiência Pública pelos direitos das juventudes e pela responsabilização do Estado violador, estão postas como intervenções anuais de denúncias das violações e exigibilidade de direitos humanos realizadas pelos coletivos de juventudes organizadas no território.

Reuniões com prefeituráveis

As reuniões com Prefeituráveis é outra tecnologia social concebida e utilizada pela Rede DLIS, tendo como suporte uma Plataforma Unificada das Lutas Prioritárias, em parceria com outras redes territoriais da cidade. A primeira experiência foi em agosto de 2012, numa articulação da Rede DLIS do GBJ e da Rede de Articulação do Jangurussu e Ancuri (REAJAN). Este encontro das comunidades do Grande Bom Jardim e Jangurussu e Ancuri com os candidatos a prefeito de Fortaleza, reuniu seis (06) dos dez (10) prefeituráveis. Todos os presentes assinaram publicamente o documento: Heitor Férrer (PDT), Inácio Arruda (PCdoB), Marcos Cals (PSDB), Morone Torgan (DEM), Renato Roseno (PSOL) e Roberto Cláudio (PSB). Este foi eleito para o período (2013-2016) e reeleito para o período subsequente (2017-2020). O candidato Elmano de Freitas (PT), ausente no evento, assinou-o no segundo turno do pleito eleitoral. O evento teve repercussão nos principais periódicos e colunas políticas do Estado do Ceará.

No entanto, mesmo tendo assumido compromisso político com as duas Redes, o gestor municipal eleito relutou em agendar audiência com as representações das mesmas. A relutância do chefe do executivo municipal mobilizou as duas Redes a utilizar de novos recursos e estratégias políticas de pressão.

► Caminhada pela Paz



► Foto: acervo Rede DLIS

As Redes protocolaram pedido de audiência com o prefeito Roberto Cláudio, no dia 07 de março de 2013. Como não obtiveram retorno, foi feita uma tentativa pela Rede DLIS de intermediar a audiência recorrendo à liderança do Prefeito na Câmara Municipal, vereador Evaldo Lima (PCdoB), numa reunião da Comissão de Direitos Humanos. Nesta reunião, o prefeito foi representado pelo vereador Didi Mangueira (PDT), vice-líder do Prefeito na Câmara, que assumiu a responsabilidade de agendar a audiência com Roberto Cláudio (PSB). No entanto, sem nenhum retorno, no dia 23 de abril de 2013, as Redes decidiram postar um vídeo de protesto pela falta de diálogo do prefeito com os coletivos territoriais, ante o compromisso assumido no debate, realizado em agosto de 2012. O vídeo foi lançado no YouTube e teve 1.013 visualizações.

Além do vídeo, as Redes DLIS e REAJAN realizaram o Ato pelo Direito de Participar, no dia 27 de maio de 2013, no Paço Municipal. O resultado foi o agendamento de uma audiência com o prefeito para o dia 03 de junho de 2013. Os manifestantes interceptaram o prefeito à porta do Paço Municipal.

► Ato pelo direito de participar



► Foto: acervo Rede DLIS



A Plataforma Unificada de Lutas Prioritárias foi estruturada em dois (02) eixos, com seis subtemas, abrangendo 55 propostas ao todo, para os dois territórios, Grande Bom Jardim e Jangurussu-Ancuri, apresentando desde diretrizes orientadoras para políticas públicas municipais como demandas concretas de obras e serviços.



Na audiência realizada em 03 de junho de 2013, prefeito Roberto Cláudio (PSB) deu os seguintes retornos às representações das redes DLIS e REAJAN:



A prefeitura fará uma experiência de participação efetiva, a começar pelo Grande Bom Jardim. No caso, ele se referia ao projeto piloto em parceria com uma universidade norte-americana e a Universidade de Fortaleza. A metodologia deste projeto muito se assemelhava aos processos implementados pela Rede DLIS, entre 2000 e 2005, de diagnóstico e de planejamento, mas sem diálogo orgânico com o coletivo e sem considerar os seus processos e os planos estruturantes constituídos. Sem bases locais e sem históricos de intervenção no território, os agentes promotores tiveram dificuldades na implementação da metodologia e da agenda.

Sobre a ZEIS Bom Jardim, esta seria tratada por ocasião da implantação do Plano Diretor de Fortaleza, aprovado em 02 de fevereiro de 2009, o qual teria as suas leis regulamentadas num prazo de 06 meses. Dentre elas, a de criação do Conselho Municipal da Cidade. Segundo ele, não passaria de dezembro daquele ano. A Secretaria Nacional de Habitação Popular estava orientando o processo de Fortaleza e aquela pasta teria um encontro com representante do Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR).

O Conselho da Cidade de Fortaleza foi regulamentado em 2014, lei nº 10.232, de 07 de Julho de 2014, e seus membros foram empossados em abril de 2015. A primeira reunião da instância ocorreu somente em 27 de novembro de 2015 para debater não o Plano Diretor Participativo de Fortaleza, enquanto política de Estado, mas o Plano Fortaleza 2040, um projeto de governo.

Sobre a tessitura dos Conselhos Tutelares, Roberto Cláudio comprometeu-se em direcionar às regionais administrativas V e VI os novos conselhos a serem criados. Anunciou que seriam criados mais seis (06) conselhos tutelares, sendo três (03) de imediato.

No entanto, o decreto de criação de apenas dois conselhos tutelares foi assinado somente em 17 de agosto de 2015, sendo criados o Conselho Tutelar VII, para a Regional I, e o Conselho Tutelar VIII, para atuação na área da Regional VI. Fortaleza dispõe somente de 08 conselhos tutelares.

governo e sociedade civil organizada promoveram um seminário intersetorial para debater a inclusão das pautas das periferias no planejamento da cidade

Como desdobramento da audiência com o prefeito de Fortaleza, as Redes DLIS e REAJAN, no dia 26 de novembro de 2013, reuniram-se com Eudoro Santana, titular da pasta Instituto de Planejamento de Fortaleza IPLANFOR. Desta reunião foi definida a realização de um seminário intersetorial, governo e sociedade civil organizada, para debater a inclusão das pautas das periferias no planejamento da cidade.

O seminário levou o nome de As Lutas da Periferia pelo Direito à Cidade e foi realizado no mês de novembro de 2013, no auditório Dom Aloísio Lorscheider, na sede do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, situado à Rua Dr. Fernando Augusto, 987, Parque Santo Amaro, Bom Jardim.

Os movimentos destacaram como bastante positiva a articulação feita pelo IPLANFOR para agregar e conciliar as agendas do secretariado de governo num curto intervalo de tempo entre a reunião com o titular da pasta (26 /11) e o seminário (30/11).

Pelo governo municipal, participaram do seminário: Instituto de Planejamento do Município – IPLANFOR – Luiza Perdigão e Alexandrino Diógenes, Secretaria Executiva Regional V – SER V - Júlio Ramon, Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente – SEUMA – Águeda Muniz, Coordenadoria de Política sobre Drogas Ana Maria Melo e Juliana Sena, Secretaria de Cultura de Fortaleza – SECULTFOR – Nilde Ferreira, Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – Habitafor – Leonardo Barreto, Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventudes – Élcio Batista, Distrito de Saúde da SER V – Elvira Evangelista.

Os movimentos lamentaram a ausência de algumas pastas importantes, tais como, Secretaria Municipal de Educação – SME, Coordenadoria de Participação Popular, Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza (ETUFOR).

Por parte da sociedade civil, participaram mais de 70 pessoas de 27 entidades, movimentos, grupos e comunidades da Rede DLIS e REAJAN.

Todas as pastas presentes manifestaram interesse em realizar novas sessões de diálogos para seguir no acolhimento e acompanhamento executivo de demandas.

Mesmo ponderando que a gestão precisa dialogar com toda a cidade, o IPLANFOR considerou de grande importância a instalação da Mesa de Diálogo com as duas Redes,

contemplando as SER V e VI. O instituto anunciou que estava concluindo uma proposta de viabilidade técnica e política de implantação das ZEIS de Fortaleza. E que seria criado um Conselho Técnico³ para deliberações acerca desse instrumento urbanístico.

A SEUMA propôs novas rodas de conversas sinalizando, sobretudo, a implantação da Emenda Orçamentária para revitalização da Lagoa da Viúva de forma participativa.

A Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventudes, de forma interdisciplinar com outras secretarias, desenhava política de prevenção à letalidade e outros riscos que vem violando direitos de crianças e adolescentes do Grande Bom Jardim. Élcio Batista comprometeu-se, ainda, em mediar a resolução dos problemas relacionados ao funcionamento das creches e atendimento de toda a demanda por educação na faixa etária de 0 a 3 anos. O titular comprometeu-

³Segundo Renato Pequeno (2015), o Comitê Técnico Intersetorial e Comunitário para tratar da regulamentação das ZEIS em Fortaleza somente foi instituído após uma manifestação sob a forma de acampamento em frente à sede da prefeitura, quando se conseguiu o acordo de que seria criado. Este foi então instituído através do Decreto nº 13.241, de 21 de outubro de 2013, com a finalidade de “subsidiar o executivo municipal de informações suficientes para tomadas de decisão relativamente à regulamentação e à implementação destas zonas especiais no âmbito do território municipal”.

se também na mediação de soluções acerca dos problemas relacionados ao reordenamento de turmas nas escolas de ensino fundamental bem como à situação de demandas reprimidas por conta da implantação da Escola em Tempo Integral no Dom Lustosa, na Granja Lisboa.

A Coordenadoria de Política sobre Drogas assumiu o acompanhamento de casos denunciados no seminário e solicitou a realização de outros encontros com os coletivos.

A SECULTFOR se comprometeu no fortalecimento da iniciativa comunitária em memória e museologia comunitária Ponto de Memória do Grande Bom Jardim. Ressaltou que acompanharia a Emenda Orçamentária da LOA 2014 para o Museu Comunitário do Grande Bom Jardim. A pasta nunca promoveu uma política de fomento para o segmento, bem como nenhuma demanda apresentada pela iniciativa e aprovada em peças orçamentárias anuais foram executadas.

O Secretário da Secretaria Executiva Regional V (SER V) assumiu três compromissos principais:

- i) terminar, no prazo estabelecido, a Praça das Juventudes da Granja Portugal;
- ii) a finalização da reforma e entrega do Posto de Saúde Abner Cavalcante na Comunidade Canudos, no Bairro Bom Jardim, à comunidade, no dia 15 de dezembro de 2013;
- iii) monitorar a ordem de serviço da construção do posto de saúde do bairro Canindezinho, com previsão de entrega do equipamento para o dia 16 de fevereiro de 2014.

A Habitafor avaliou ser pertinente, e de forma imediata, uma conversa específica com os coletivos sobre habitabilidade na Região e esclarecimento acerca das competências da secretaria. O encontro aconteceu, mas não para formação, e, sim, para negociar a proteção de famílias violentadas por execução de ordem de despejo e o aluguel social para as mesmas.

Em síntese, o conjunto das estratégias políticas e das tecnologias sociais utilizadas pela Rede DLIS toma a linguagem enquanto ação política, enquanto instrumento de constituição e afirmação de uma política de representação, da Rede DLIS enquanto agente político, que seja capaz de efetivar um poder de domínio sobre o espaço social de onde se fala - território GBJ - e sobre o que a fala se refere - políticas públicas plenas enquanto direito, e do GBJ como lugar de direitos, desconstruindo, pelo pragmatismo, o Bom Jardim como o lugar do “vixe”. (Almeida, 2014).



**CULTURA,
MEMÓRIA SOCIAL E
PATRIMÔNIO**

Centro Cultural Bom Jardim

O equipamento Centro Cultural Bom Jardim é o único equipamento da estrutura da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará na periferia de Fortaleza em área não turística. Ele é localizado no bairro Granja Lisboa, situado à Rua Três Corações, número 400.

O equipamento foi a materialização da reivindicação da comunidade organizada do território Grande Bom Jardim por um suporte de cultura do Estado com capacidade de formação, de pesquisa, de produção própria e de difusão cultural local e de palco giratório que acolhesse as demandas das comunidades, especialmente das crianças, adolescentes e jovens, por cultura e arte, que pudesse fortalecer o território GBJ. Depois de anos de reivindicações e de negociações, o equipamento foi inaugurado em dezembro de 2006, no mandato de Lúcio Gonçalo de Alcântara (PSDB) e gestão da antropóloga Cláudia Sousa Leitão na Secretaria da Cultura do Estado do Ceará.

Sem previsão orçamentária na estrutura financeira da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (SECULT), com dependência ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) para a realização de sua agenda programática de formação, produção e difusão cultural, e uma gestão centrada no Instituto Dragão do Mar, o equipamento tem sido operado ao longo do tempo com sazonalidades e intermitências de atividades, com programação concentrada, basicamente, no segundo semestre

de cada ano, mas com metas realizadas de 12 (doze) meses. Devido à agenda fiscal do Estado e os retardos da burocracia, os recursos, quando chegam, são exequíveis somente a partir dos meses de agosto ou de setembro, geralmente. Esta agenda financeira subutiliza o equipamento na maior parte dos meses de cada ano. E o quadro majoritário dos operadores da cultura é estabelecido por contratos temporários e precarizados, com forte pressão por metas em prazos exíguos. Então, esse desarranjo financeiro traz sérios ônus à realização da missão e natureza do equipamento e desgastes comunitários.

Em razão da precariedade de operação do equipamento, moradores artistas locais constituíram o Fórum de Cultura do Grande Bom Jardim, uma articulação de artistas, coletivos de arte, organizações e pessoas interessadas na defesa do direito à cultura nos bairros do Grande Bom Jardim. Este, em junho de 2015, no ato público no Centro Dragão do Mar, intitulado Êxodo Cultural - da periferia à aldeota cultural, repercutiu a análise crítica e suas pautas acerca da gestão do equipamento Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ).

A partir deste ato e de sua repercussão midiática, bem como da estratégia política de inserir a pauta no parlamento cearense, o secretário da Cultura, à época, Guilherme Sampaio (PT), em novembro de 2016, assinou portaria de institucionalização da Gestão Compartilhada do CCBJ.

► Matéria protesto no Jornal de Hoje



► Fonte: Jornal de Hoje edição 13/06/2015

O grupo se articulou para organizar uma ação que incomodasse o poder público.

“ Foi pensado numa ação lá em frente ao dragão do mar (...) chamada de êxodo cultural da periferia à aldeota cultural (...) e aí teve uma repercussão muito grande (né?) em mídias, jornais”.

Posteriormente a entidade conversou com Renato Roseno para que fosse organizada uma audiência para se pensar em como o poder público poderia se comprometer com o centro “já que ele estava em total abandono”. (Relatório final de pesquisa “Perfil da Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS do GBJ)”, Redenção/Fortaleza, 2018).

Devemos destacar que, embora o advento da portaria de gestão compartilhada tenha sido um instrumento inovador e de vanguarda, o seu caráter jurídico é também uma ameaça, pois é uma incerteza. Enquanto um instrumento de gestão ela é exposta às intempéries e contingenciamentos próprios do mundo da política. Ela é uma política de governo, não de Estado.

Também é de merecedor menção que as razões pelas quais a portaria de gestão compartilhada de um equipamento de Estado da cultura e de um equipamento na periferia de uma grande cidade como Fortaleza são ancoradas no esteio da pungência de uma nova geração formada em uma escola de análise crítica e transformadora da realidade, e sem esta base o Fórum não se faria material, nem muito menos uma portaria com tamanha dimensão e envergadura, alterando a ordem e o desenho tradicional do modelo de gestão pública, de um equipamento público, seria publicada.

Em 05 de outubro de 2015, Guilherme assina ordem de serviço para obras no Centro Cultural Bom Jardim, com um investimento total de R\$ 664.966,56, segundo publicação de notícia no site

institucional da SECULT, e anunciou o programa Praça das Artes, com programação externa, enquanto o equipamento passava por reforma. Inicialmente, o prazo de execução das obras de reforma seria entre setembro de 2015 e janeiro de 2016.

Em consequência da frágil situação orçamentária tanto os programas da casa estagnados como a estrutura predial deteriorada, o Fórum de Cultura do GBJ pressionou pela reforma do equipamento. A reinauguração, após as obras, aconteceu no dia 26 de agosto de 2016, no contexto de aniversário dos dez (10) anos do equipamento, no governo de Camilo Sobreira de Santana (PT) e gestão do Fabiano dos Santos Piúba na Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (SECULT).

Após a reinauguração, a precarização orçamentária e a subutilização do equipamento persistiram. Em 13 de fevereiro de 2017, o Fórum de Cultura do Grande Bom Jardim publicou e repercutiu nas mídias sociais e tradicional a carta aberta O CCBJ É NOSSO - Por um Centro Cultural sem colonizadores, construído na periferia, para o povo da periferia e, sobretudo, com o povo da periferia, com 23 subscrições.

Nos últimos dois anos, o Centro Cultural passou por quatro direções diferentes, migrando de um modelo de superintendência para um modelo de uma diretoria na estrutura da Organização Social IDM, com uma diretora e um assessor de referência (com salários bastante altos, registre-se). Essa descontinuidade é o retrato da falta de consequência e pouco caso com uma estratégia de longo prazo para o CCBJ. [...] Ao longo dos anos, aprendemos a defender nosso lugar na cidade, a nossa vida em Fortaleza. Aprendemos a lutar pela cidade na qual queremos morar – e isso passa pelo direito à cultura. Estamos atentos e dispostos a manter esse espírito e o nosso próprio exemplo. Para nós, será impossível aceitar qualquer rumo novo que não passe pelo diálogo verdadeiro e a construção participativa efetiva. (O CCBJ É NOSSO, Fórum de Cultura do Grande Bom Jardim, fevereiro de 2017).

Apesar dos desafios gigantescos que impedem a implementação plena das ações culturais executadas no CCBJ, cabe sublinhar que a vida de muitos artistas e grupos culturais locais tem sido positivamente afetada. É o que se afirma quando tomamos como subsídio relatos orais de pessoas que reconhecem ter se qualificado profissionalmente e expandido seu repertório em virtude de suas participações em iniciativas de formação, de difusão e de fruição cultural no equipamento.

Ponto de Memória do Grande Bom Jardim

O Ponto de Memória do Grande Bom Jardim é uma instância territorial de gestão comunitária de processos continuados participativos em memória social e museologia comunitária criada em 2010, no território do Grande Bom Jardim, região sudoeste de Fortaleza, Ceará.

O Ponto de Memória Grande Bom Jardim ou Museu Comunitário da Identidade Territorial Grande Bom Jardim, formado, em 2021, por quatro (04) coletivos associativos locais e moradores-pesquisadores, se utiliza das categorias memória social e museologia comunitária como instrumentos políticos para a promoção e afirmação de identidades institucionais e territoriais, com o objetivo de gerar as condições sociais e políticas do desenvolvimento local e dos direitos, usando os patrimônios (natural e cultural, vivo ou sacralizado) e a linguagem como estratégias de transformação social, que se constituiu ente político territorial e compõe a Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS do GBJ).

Atualmente, a instância é composta pelas entidades: Associação de Umbanda São Miguel, Associação Comunitária dos Moradores do Vila Planalto Vitória, Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, União dos Moradores do Bairro Canindezinho, Diálogos/Universidade da

► Logotipo Ponto de Memória GBJ



► Fonte: acervo Rede DLIS

Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e pelos moradores pesquisadores interessados nas temáticas mobilizadas: Ícaro Amorim Martins, Diego Furtado.

Podemos afirmar que este movimento é político porque ele é resultado de uma deliberação consciente a partir das circunstâncias tangíveis da realidade, em meio a um campo de possibilidades e de escolhas. E essa deliberação somente é possível quando existe um sentimento recíproco de crença e de confiança entre os agentes envolvidos. Por conseguinte, a constituição e a sustentação de uma identidade dependem da relação do projeto e dos seus agentes envolvidos com o território, em um processo permanente de comunicação e de negociação.

O Ponto de Memória do Grande Bom Jardim é uma instância territorial de gestão comunitária de processos continuados participativos em memória social e museologia comunitária criada em 2010, no território do Grande Bom Jardim, região sudoeste de Fortaleza, Ceará.

O Ponto de Memória Grande Bom Jardim ou Museu Comunitário da Identidade Territorial Grande Bom Jardim, formado, em 2021, por quatro (04) coletivos associativos locais e moradores-pesquisadores, se utiliza das categorias memória social e museologia comunitária como instrumentos políticos para a promoção e afirmação de identidades institucionais e territoriais, com o objetivo de gerar as condições sociais e políticas do desenvolvimento local e dos direitos, usando os patrimônios (natural e cultural, vivo ou sacralizado) e a linguagem como estratégias de transformação social, que se constituiu ente político territorial e compõe a Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS do GBJ).

Atualmente, a instância é composta pelas entidades: Associação de Umbanda São Miguel, Associação Comunitária dos Moradores do Vila Planalto Vitória, Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, União dos Moradores do Bairro Canindezinho, Diálogos/Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e pelos moradores pesquisadores interessados nas temáticas mobilizadas: Ícaro Amorim Martins, Diego Furtado.

Podemos afirmar que este movimento é político porque ele é resultado de uma deliberação

consciente a partir das circunstâncias tangíveis da realidade, em meio a um campo de possibilidades e de escolhas. E essa deliberação somente é possível quando existe um sentimento recíproco de crença e de confiança entre os agentes envolvidos. Por conseguinte, a constituição e a sustentação de uma identidade dependem da relação do projeto e dos seus agentes envolvidos com o território, em um processo permanente de comunicação e de negociação.

► Ponto de Memória GBJ



► Fonte: acervo Ponto de Memória GBJ

A experiência busca desenvolver processos continuados, comunitários, participativos de pesquisa de inventário do patrimônio cultural do território Grande Bom Jardim, concebendo e desenvolvendo projetos narrativos em suporte museológico, tendo como lema: Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos. Sem responsabilidade talvez não mereçamos existir. **(José Saramago).**

Acreditamos que não há desenvolvimento sustentável sem a valorização do Patrimônio Cultural (material e imaterial), e, sobretudo, no poder da memória, da museologia comunitária, da linguagem e do patrimônio enquanto instrumentos políticos.

Ações coletivas

Compartilhar o sentimento de pertença, as esperanças, a solidariedade e o diálogo entre diferentes agentes, valorizando a diversidade social e cultural;

Ética

Orientar todas as atividades por princípios éticos e transparência nas relações interinstitucionais e com a sociedade;

Cuidado com a casa comum

Conceber o meio ambiente como parte do patrimônio material e imaterial e base para o desenvolvimento local integrado e sustentável.

Espiritualidade como mística

Valorizar e respeitar as diversas manifestações religiosas no território do GBJ, a partir da relação essencial entre cultura de paz, espiritualidade cristã e experiência mística.

Na museologia comunitária como tecnologia social a serviço do coletivo:

Desenvolver processos comunitários dialógicos contra hegemônicos que fortaleçam as memórias, as identidades, as culturas, as lutas e as resistências no Território GBJ;

Projetos elaborados, captados e desenvolvidos:

Fortalecimento de Experiência Comunitária em Memória Social e Museologia Comunitária: Grande Bom Jardim, edital de seleção pública, 9/2012 Prêmio Pontos de Memória IBRAM/MinC; Projeto de publicação da cartilha didático-pedagógica em patrimônio cultural “Vivências da Memória – Vozes da Periferia GRANDE BOM JARDIM, 2014; Plano de Ação do Inventário Participativo do Patrimônio Cultural do Grande Bom Jardim, IBRAM/OEI 2012; Cirandas Comunitárias da Memória: Grande Bom Jardim (2014); Quem é Esse? Chamada pública INESC para a Reforma do Sistema Político, Plataforma Direitos Humanos (2019).

Projetos expográficos realizados: Jardim das Memórias (2012); Terra de Todos os Credos: Grande Bom Jardim – De Onde Viemos? (2015) e Rede DLIS: Lutas e Resistências (2018).

Maracatu Nação Bom Jardim

Em 2012, o Ponto de Memória GBJ cumpriu uma função social no movimento social territorial. O processo de inventário participativo dos patrimônios territoriais desvendou e trouxe ao debate a riqueza e multiplicidade das religiões tradicionais de matriz africana existentes no território GBJ. Este achado foi explorado pelo argumento narrativo da primeira exposição do Ponto de Memória do GBJ, em 2012, denominada Jardim das Memórias.

Há uma narrativa, produzida e difundida pelas organizações do povo de terreiro do território, de que há, pelo menos, 400 terreiros e/ou roças, barracões e assentamentos sagrados no GBJ de religiões tradicionais de matriz africana e afro-brasileira no território.

Os terreiros de umbanda têm traços da cultura indígena e xamânica. O território é marcado por abundantes recursos hídricos. Ele é cortado pelo principal rio de uma das três (03) bacias hidrográficas da Região Metropolitana de Fortaleza, o Rio Siqueira/Maranguapinho. As matas são ainda características da região.

Segundo dados do censo demográfico de 2010, do IBGE, 70% da população do GBJ são de cor, sendo 65% parda (137.529) e 5% negra (11.070), de um total de 211.001 habitantes.

Entre as famílias de terreiro do GBJ há a Associação Espírita de Umbanda São Miguel, que

► Logotipo Maracatu Nação Bom Jardim



► Fonte: produzida pela Associação Cultural Solidariedade e Arte (Maracatu Solar) 2015

há anos é um dos coletivos do segmento a liderar a promoção, a produção e a realização da Festa de Iemanjá, realizada dias 14 e 15 de agosto de cada ano, segundo o calendário litúrgico da Umbanda, nas orlas da Praia do Futuro e da Praia de Iracema.

No território também existem afoxés reconhecidos no circuito de carnaval da cidade de Fortaleza, o Filhos de Oyá e Omõrisà Odé, respectivamente, dos terreiros de Mãe Taquinha de Oyá, da comunidade do Jatobá, no Siqueira, e do Pai Marcos Amorim T'Odê, na Granja Lisboa.

Em decorrência destas heranças e das recentes apropriações e ressignificações acerca da relevância dos patrimônios territoriais para a sustentabilidade do desenvolvimento local, surgiu, no carnaval de 2015, o Maracatu Nação Bom Jardim (MNBJ).

A criação e animação da agremiação das reminiscências ancestrais do povo negro do território GBJ, MNBJ, fez parte de projeto captado e executado pela Associação Cultural Solidariedade e Arte, Maracatu Solar, através de recursos públicos, e realizado pelo pesquisador do Maracatu cearense e intérprete de LOAS, Pingo de Fortaleza, e do pesquisador, artista plástico e griô Descartes Gadelha, com acolhimento, apoio e mobilização territorial da Rede DLIS, coletivizado pelo Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza.

► Maracatu Nação Bom Jardim



► Foto: San Cruz

A primeira LOA do Maracatu Nação Bom Jardim, Meu Bom Jardim, foi assinada por Pingo de Fortaleza e Descartes Gadelha, e teve como patrono ancestral homenageado o Orixá Oxalá, tendo como símbolo a pomba branca. A loa compõe o álbum Loas e Canções, lançado, em janeiro de 2018, pelos autores citados, o qual pode ser encontrado nas melhores plataformas digitais de músicas e no site oficial <https://www.digitaldamusicacearense.com.br/album/loas-cancoes/>

► Maracatu Nação Bom Jardim



► Fonte: acervo Rede DLIS

► Maracatu Nação Bom Jardim



► Fonte: acervo Rede DLIS

O Maracatu Nação Bom Jardim desde 2015 é tomado pelos moradores brincantes do território como “brinquedo do bairro”, como observa o Pai Neto Tranca Rua. A agremiação desenvolve um rico processo de formação rítmica de adolescentes e jovens do território. Uma singular pedagogia tem sido o processo pedagógico e artístico de composição das loas e de interpretação, bem como de produção de desfile.

Todos os anos o Maracatu Nação Bom Jardim realiza um cortejo na segunda de carnaval nas principais ruas do território. Ele ainda não teve saída solo na programação oficial de Carnaval da Prefeitura de Fortaleza, na Avenida Domingos Olímpio, embora já tenha legitimidade temporal e político-artística. Geralmente, seus brincantes saem como ala do desfile do Maracatu Solar nesta avenida.

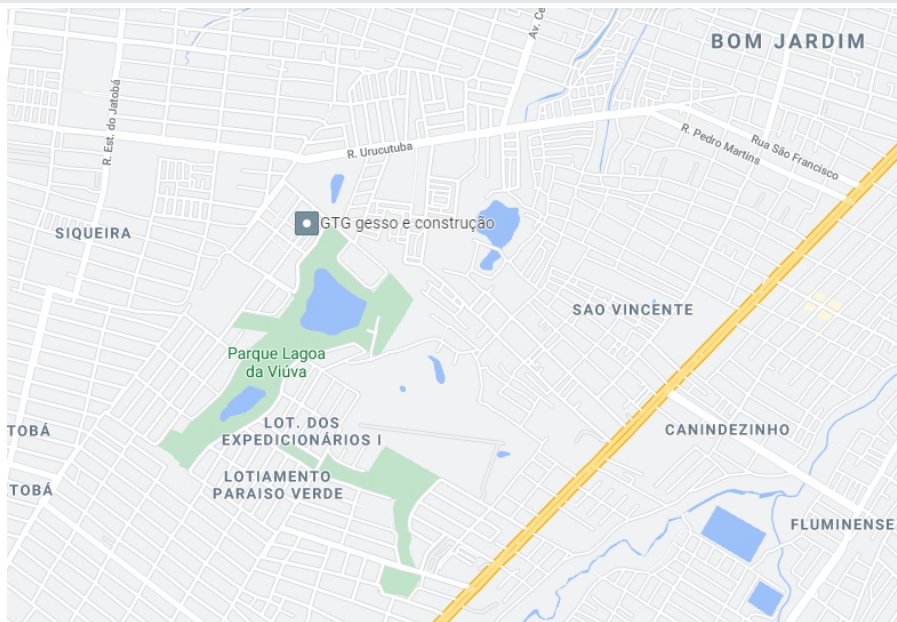
Em 2020, o MNBJ comemorou seus cinco (05) anos de existência e atuação na tomada de consciência da importância das ancestralidades negras do território em um processo de formação dos moradores e fortalecendo o processo de luta por direitos da organização comunitária, sobretudo, da Rede DLIS. A LOA de 2021 foi Xangô - A justiça que não é vingança, com ampla difusão nas mídias sociais.



DIREITO À CIDADE

Parque Municipal Lagoa da Viúva

► Parque Lagoa da Viúva e adjacências



► Fonte: Google Maps

Como aludem os pesquisadores de graduação e de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design (DAUD) da Universidade Federal do Ceará (UFC), a Rede DLIS mobilizou o conceito de planejamento urbano insurgente, que se caracteriza por ações diretas executadas por um grupo excluído que questiona o poder hegemônico e o atual modelo de desenvolvimento desigual das cidades (MIRAFTAB, 2012 apud FROTA & QUEIROZ & GONÇALVES, 2017).

Os pesquisadores observam que, mesmo com a exclusão da agenda ambiental da Rede DLIS quanto ao Parque Lagoa da Viúva, no decreto, Nº 13.286, de janeiro de 2014, onde a Prefeitura Municipal de Fortaleza criou 11 Parques em áreas de entornos de lagoas da cidade, as mobilizações e as pressões junto à Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA) e à Secretaria Executiva Regional V (SER V) foram dadas continuidade pelo coletivo.

Em 09 de novembro de 2015, o Parque Municipal Lagoa da Viúva foi criado, através do decreto, nº 13.867, com uma área legal de quase 40 hectares, com duas lagoas e diversas espécies da fauna e flora local.

Como o dispositivo legal não garante uma política de preservação do recurso ambiental, em novembro de 2013, a Rede decidiu mobilizar as suas comissões de trabalho para apresentação de emendas orçamentárias na Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício de 2014, do governo municipal. Dentre as demandas apresentadas, uma foi a revitalização e urbanização da Lagoa da Viúva, no valor de 180 mil reais.

Projeto Rio Maranguapinho

► Rio Maranguapinho



► Foto: extraída do blog Eliomar de Lima/colunista O Povo

Conforme define o governo do Estado do Ceará, através da Secretaria das Cidades (SECIDADES CE), o Projeto Rio Maranguapinho tem como área de intervenção a Região Metropolitana de Fortaleza, contemplando estes quatro (04) municípios: Fortaleza, Maranguape, Maracanaú e Caucaia.

Respondendo a uma demanda histórica dos territórios ribeirinhos ao Rio Siqueira Maranguapinho, que sofriam as enchentes nos períodos chuvosos, e no contexto da liderança do Ceará na elaboração e aprovação da lei federal, nº 10.257/2001, Estatuto das Cidades, o governo do Estado do Ceará concebeu, através da SECIDADES CE, em parceria com o Governo Federal, com maior parte dos recursos do Ministério das Cidades, e gerência de execução financeira pela Caixa Econômica Federal, o projeto Rio Maranguapinho.

O projeto, como a SECIDADE CE costuma ratificar, é considerado a maior obra de intervenção urbana prevista no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal. Ele foi orçado em um total global de R\$ 922.117.387,25, sendo: R\$ 556.506.320,95 do PAC1, com R\$ 324.071.206,05 da União e R\$ 232.435.114,90 do Estado, e R\$ 365.611.066,30 do PAC2, sendo da União R\$ 250.325.000,00 e do Estado R\$ 115.286.066,30.

► Barragem Rio Maranguapinho



► Foto: acervo Rede DLIS

O Projeto Rio Maranguapinho teve os seguintes marcos temporais de início efetivo da execução de obras: 2009 (PAC1) e em 2015 (PAC2), e os seguintes eixos de intervenção: construção da barragem do Rio Maranguapinho para contenção/controlar das inundações; obras de dragagem e desassoreamen-

to do rio; obras de urbanização ao longo do rio; obras de habitação popular para reassentamento de famílias.

Assim, do eixo habitação popular, no Grande Bom Jardim, do PAC 1, foram construídos 5 conjuntos habitacionais e, do PAC 1, 02 conjuntos, gerando 2.828 unidades habitacionais. Foram empreendimentos implantados em terrenos edificáveis do território: Leonel Brizola (576 unidades), na Granja Lisboa; Juraci Magalhães (336 unidades), no Canindezinho; Miguel Arraes (1.212 unidades), no bairro Siqueira, Fortaleza; Rachel de Queiroz (324), no Siqueira; Blanchard Girão (108), na comunidade Alto Alegre, Siqueira, Fortaleza; Riacho Verde I (144 unidades), no Siqueira, Fortaleza; Riacho Verde II (128), no Siqueira, Fortaleza.

► Conjunto Habitacional



► Foto: acervo Rede DLIS

Embora seja a moradia um dos direitos fundamentais para a dignidade humana e uma das principais funções do direito à cidade, no Projeto Rio Maranguapinho, a

implantação de dezesseis (16) conjuntos habitacionais apresentou, por um lado, a satisfação de uma necessidade de mais de 2.828 famílias, por outro, representou a eclosão de conflitualidades e da continuação da precarização de infraestrutura relacionada à moradia. Sem mencionar que estas famílias passaram a ser responsáveis por despesas domiciliares que antes não tinham e sem poder arcar com estas.

As obras são divididas em ações físicas e em trabalho técnico social. Segundo as diretrizes do Ministério das Cidades (MCIDADES), que balizam a execução das obras, o trabalho técnico social deve iniciar pelo menos seis (06) meses antes das obras físicas e deve permanecer também, pelo menos, seis (06) meses após aquelas. No entanto, as medições de execução dessas duas intervenções não atenderam às diretrizes do MCIDADES.

Este descompasso entre as obras físicas e o trabalho técnico social desencadeou conflitualidades. Na lotação das famílias beneficiárias nos conjuntos habitacionais não foram observadas e consideradas as divergências e disputas comunitárias entre as famílias em seus territórios originários. E, consequentemente, as situações motivadoras de conflitos foram expostas e potencializadas nos novos territórios assentados.

Ademais, o reassentamento de dezenas de centenas de famílias em novos territórios sem infraestrutura relacionada à moradia no entorno demanda outras necessidades ou o cumprimento de funções sociais urbanas, tais como transporte, malha viária, educação, lazer, trabalho, saneamento, água, energia, internet, etc.

No contexto deste megaempreendimento, uma luta foi emblemática, a luta pelo direito à moradia de 110 famílias despejadas de suas casas, em junho de 2013, em terreno que estava previsto para construção do Residencial José de Alencar havia. Com base em registros técnicos do CDVHS, fizemos uma síntese deste momento.

O terreno havia sido ocupado há mais de um ano por essas famílias, com suas casas construídas e concluídas a duras penas. Por ordem judicial e com uso da força repressora do Estado, as famílias foram obrigadas a desocupar o terreno e tiveram suas casas demolidas. Gravidade ainda maior deu-se pela indiferença dos poderes públicos municipal e estadual diante de tamanha violação de direitos, não assegurando nenhuma alternativa de reparação das violações a mais de 300 pessoas, dentre elas, crianças, pessoas idosas

e mulheres grávidas. O Estado, pelo cumprimento do direito à moradia, viola outros e usa das violências simbólica e policial.

Diante da situação, a Rede DLIS protagonizou lutas, juntamente com as famílias despejadas, pelo direito à moradia digna para todas, para abrigar, aproximadamente, 300 pessoas. Numa força tarefa, o CDVHS e outra entidade da Articulação da Rede DLIS, tal como: Centro de Cidadania e Valorização Humana - CCVH, exigiram e garantiram audiências com o poder público, mediarão assembleias com as famílias, articularam audiência e diálogo permanente com a Defensoria Pública do Ceará, sempre denunciando as violações e exigindo reparações imediatas por parte do poder público àquelas. Salientamos que o conselho tutelar foi acionado e nunca nos deu o retorno institucional.

► Barragem Rio Maranguapinho



Tropa responsável pelo despejo



Demolição das casas

Após três dias sobrevivendo na rua, as famílias foram abrigadas por um mês em dois salões comunitários: na Igreja São José, cedida pela Paróquia de Santa Cecília; e na Telhoça, cedida pelo Movimento de Saúde Mental do Bom Jardim (MSMCBJ). (vide link de acesso à registros em redes sociais nas referências)

Diante da pressão impetrada pela Rede DLIS, a Prefeitura Municipal de Fortaleza assegurou sete (07) meses de Aluguel Social, abrigando as famílias em casas alugadas pela Defesa Civil de Fortaleza. E, em março de 2014, foram entregues as casas definitivas destas famílias.

Foram momentos de dores, revoltas e lutas. Conflitos entre “abrigados” no primeiro mês depois do despejo, uma vez que as famílias se amontoavam em apenas dois lugares, até a conquista do aluguel social. Foram 09 meses de mediação de conflitos entre as famílias, acompanhamento para garantia da educação das crianças e de adolescentes, e pelo acesso aos postos de saúde, sobretudo, para pessoas idosas; assembleia com as famílias, reuniões com a comissão de organização das famílias, audiências com a Secretaria das Cidades e com, à época, Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – Habitafor, Audiências e diálogos permanentes com Núcleo de Moradia e Habitação da Defensoria Pública do Ceará.



Pra mim, o momento mais marcante, né, que ficou bem gravado na memória foi da desocupação da Urucutuba, né, que, assim, foi muito triste, né, que assim teve muitas famílias foram pegues de surpresa por conta dessa remoção, que perderam as suas casas, perderam seus objetos pessoais também, documentos e tudo mais, e foi bem nesse meio termo aí que eu comecei a me engajar que eu não tinha domínio, né, eu não tinha domínio sobre as desocupações, o direito da moradia também, foi quando eu entrei no JAP, né, foi justamente nesse tempo aí, que a gente viu de perto, né, as dificuldades dessas famílias, né, que ficaram sem casa, que a comunidade, né, que as associações comunitárias se juntaram para acomodar essas pessoas, né, e até a própria questão foi um ato que a gente fez pra ir reivindicar no paço municipal o direito à moradia dessas pessoas, foi o processo todo, né, complicado, né, mas a gente assim, a comunidade e as associações presentes, as pessoas também fizeram valer o direito à moradia digna de alguma dessas pessoas. Pra mim, foi um momento muito marcante, que eu comecei a perceber o quanto é importante o direito à moradia, né, que o direito à moradia ele é um conjunto de direitos, né, que não é só a casa, né, que não é só, tem que ter escola, tem que ter qualidade de vida naquele espaço para aquela população viver, né, e foi a partir daí que eu comecei a me engajar também na luta da ZEIS”.

(Suyanne Oliveira/JAP-CDVHS – Pantanal, Bom Jardim).

Ponte da União

► Ponte da União



► Foto: acervo Rede DLIS

A construção da Ponte da União do Rio Maranguapinho, na comunidade Planalto Vitória, na Rua Pereira Júnior com a Rua São Francisco de Maranguape, no Canindezinho. A ponte liga as comunidades 8 de Dezembro e Planalto Vitória, gerando acesso alternativo às avenidas Osório de Paiva e Cônego de Castro, dois corredores estruturantes das duas margens do rio. O equipamento substitui a ponte improvisada, que havia sido feita, em regime de mutirão, pela comunidade.

A entidade Associação de Moradores da Comunidade Vila Planalto, integrante da Rede DLIS, participou dos processos de mobilização da comunidade para abrir

canal de diálogo com a SECIDADES CE. O movimento elaborou o documento e compôs uma comissão para negociar com a secretaria o pleito antigo de implantação da ponte. A demanda foi acolhida no âmbito do Programa de Melhoria Urbana e Ambiental do Rio Maranguapinho – PROMURB, da mesma secretaria e no contexto do Projeto Rio Maranguapinho.

Saneamento, pavimentação e drenagem Planalto Vitória, Canindezinho

O empreendimento é executado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), através do programa Mais Ações. Esta intervenção foi objeto de reivindicação das organizações locais por meio da Rede DLIS e dos movimentos sociais de pressão pela regulamentação do instrumento urbanístico Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), do Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDP For). As obras iniciaram em 2018 e ainda estão em execução no ano de 2021.

► Obras de saneamento



► Foto: Macedo Lopes

► Obras de saneamento



► Foto: acervo Rede DLIS

O empreendimento está sendo executado em todos os sessenta e quatro (64) logradouros da comunidade Planalto Vitória, Canindezinho. Segundo uma liderança local, o valor total inicialmente orçado foi de R\$ 26.000.000,00. A empresa licitada para execução foi a Marquise. O projeto está contratando e empregando trabalhadores locais (pedreiros, serventes, ferreiros, armadores e calçateiros. Os passeios estão sendo padronizados, a iluminação pública está sendo substituída pela branca de led e as esquinas recebendo placas com nomes e endereço postal.





**REGULAMENTAÇÃO DO PLANO
DIRETOR PARTICIPATIVO
DE FORTALEZA: ZEIS BOM JARDIM**

Zona Especial de Interesse Social Bom Jardim

A lei federal 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, tratou de regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que estabelecem as diretrizes da política urbana. É uma resposta treze (13) anos depois, através de um projeto de lei substitutivo, apresentado pelo deputado federal Inácio Arruda (PCdoB) do Ceará.

O Estatuto da cidade regula instrumentos de reforma urbana para possibilitar o desenvolvimento de uma política urbana com objetivo de promover a inclusão social e territorial dos espaços excluídos periféricos nas cidades brasileiras. A lei foi pensada com foco na redução das desigualdades nas cidades brasileiras, as quais tiveram as periferias historicamente autoconstruídas e na extrema ilegalidade jurídica, preteridas pelos governos para as áreas nobres das cidades. Neste contexto, as cidades brasileiras são materializações das suas heranças coloniais patrimonialistas, que carregam as consequências de 280 anos da escravidão humana, no bojo das relações sociais de um país subdesenvolvido de capitalismo tardio, e marcadas pelos movimentos de êxodo campo-cidade, motivados pelas secas, pela fome e pelas pestes.

Entre 1950 e 1960, a taxa de crescimento populacional na cidade de Fortaleza foi de quase 100%, revertendo no aparecimento de núcleos

absolutamente desprovidos de infraestrutura básica e espalhados pela periferia (Barreira, 1996). A concentração industrial, nas áreas urbanas não planejadas, atraiu uma demanda populacional, expulsa do campo ora por questões políticas ora por questões climáticas. Por outro lado, mesmo com intervenção do Governo Federal, no final da década de 1950, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste/SUDENE, por exemplo, os problemas urbanos não foram evitados. Além do mais, intervenção como está não teve um planejamento para uma atuação contínua nas gestões da política brasileira ao longo dos anos.

Os grupos populacionais que vinham do interior do Estado fizeram crescer o número de moradores dos bairros que compõem o Grande Bom Jardim, sobretudo aqueles atingidos pelo êxodo rural na grande estiagem ocorrida entre 1979-1984, somado ao não planejamento urbano e ausência de políticas públicas que minimizassem os efeitos decorrentes deste estado de coisa. (Diagnóstico Sócio Participativo do Grande Bom Jardim, Fortaleza, CE: CDVHS/GPDU/UECE, 2004).

No artigo 182 da Constituição Federal, o Plano Diretor é definido como o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. No primeiro parágrafo do artigo 40 do Estatuto das Cidades, também estabelece que o plano diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo parte integrante do processo de planejamento do Município, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e prioridades nele contidas.

O Estatuto da Cidade também define, no capítulo IV, Da Gestão Democrática da Cidade, instrumentos para a gestão democrática da cidade, incluindo a gestão orçamentária, e a obrigatoriedade da participação da população e das organizações representativas dos segmentos sociais.

Em Fortaleza, no final do último mandato do prefeito Juraci Magalhães (PMDB), 2002 - 2005, o poder executivo enviou para a Câmara um projeto de lei de um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Fortaleza. O documento fugia do escopo da norma legal vigente, o Estatuto da Cidade. Os movimentos sociais, entre os quais a Rede DLIS, puxados pelo Fórum Estadual da Reforma Urbana (FERU-CE) e Rede Núcleo de Habitação e Meio Ambiente (Rede NUHAB), advogaram pela ilegalidade do projeto de lei dado, principalmente, a ausência da participação da população no processo de elaboração do documento e da ausência de uma equipe técnica interdisciplinar no processo, e pressionaram a nova chefe do executivo a retirar o projeto de lei da mesa do parlamento fortalezense.

O documento, então, retornou à prefeitura e um longo processo de planejamento participativo da cidade de Fortaleza foi desenvolvido, entre 2005 e 2009. O atual Plano Diretor Participativo de Fortaleza foi sancionado dia 02 de fevereiro de 2009, pela Câmara de Fortaleza, lei complementar 062/2009.

Processo de Revisão do PDPFOR (2004-2009) fluxos e refluxos



[...] foram momentos bastante tensos e morosos. Foram mais de quatro anos nesse processo de revisão. É, inclusive, eu lembro que na reta final, é, foi muito conflituoso tem termos técnicos, né, a relação entre comunidade e a equipe técnica, é por conta da definição de algumas manchas dessas zonas, sobretudo, a que diz respeito ao pulmão verde. Eu lembro muito bem da Aurélia ficando o pé porque a prefeitura queria denominar lá como ZEA, e ela disse: não, aqui é pulmão verde, mas nós temos uma malha urbana consolidada e que precisamos de investimentos. Se aqui for considerado como ZEA não tem como ter investimento. E aí foi um processo tenso, né, da definição da mancha do Siqueira. E o próprio processo de retirada da Câmara nas últimas horas pra voltar atrás do processo, na época o FERU estava muito forte, nós participávamos do FERU, participávamos do NUHAB, depois participamos do FERU, e lembro que a articulação em rede estadual foi muito decisiva pra esse processo, né, pra incidência desse processo, e também na realização das conferências das cidades, tanto em nível municipal quanto em nível estadual. É, e aí, foram cinco anos, desse processo, desde da retirada até a aprovação em 2009. E aí em 2009 o movimento já estava um pouco enfraquecido, já tinha uma certa tendência pra um outro processo. E lembro que foi um pouco frustrante pra gente em 2009, quando a gente percebeu que

nós tínhamos lutado tanto, nós tínhamos tido uma esperança de que, de alguma forma, o governo dito mais popular pudesse fazer a diferença e não fez e aí percebemos todos os vícios e os pensamentos anteriores estavam postos, que a gente não conseguia fazer com que a gestão comprasse a ideia, tivesse força e peito pra lutar contra as forças econômicas de mercado imobiliário da cidade e aí percebemos que mesmo diante dessa luta da regulamentação do PDPFor muita coisa não dava pra acontecer, né, precisávamos das leis complementares. E aí foi de que de alguma forma a luta precisou ser ressignificada e aí iniciar um outro processo de organização e de luta. Até percebo a frente popular meio que como uma resposta a esse momento. E aí em 2009 até 2016, né, ou seja, nós tivemos sete anos pra conseguir uma coisa que no Plano Diretor já estava afirmando, né, e o que era pior quando o Roberto Cláudio entrou tratou de regredir mais ainda com a destituição do conselho gestor da ZEIS do Lagamar. Ficamos tristes, mas de alguma forma isso fortaleceu o processo. E aí sete anos depois conseguiu algumas vitórias e reconhecimentos: o Parque Lagoa da Viúva, a regulamentação das dez ZEIS's, embora a gente queira todas as ZEIS. E o fortalecimento dessa luta com a chegada do SESC Pensando Verde, que trouxe um carisma e um sentimento de cultivo e de germinação que eu acho está fortalecendo esse processo”.

(Adriano Almeida/CDVHS – Ponto de Memória
GBJ/Rede DLIS)

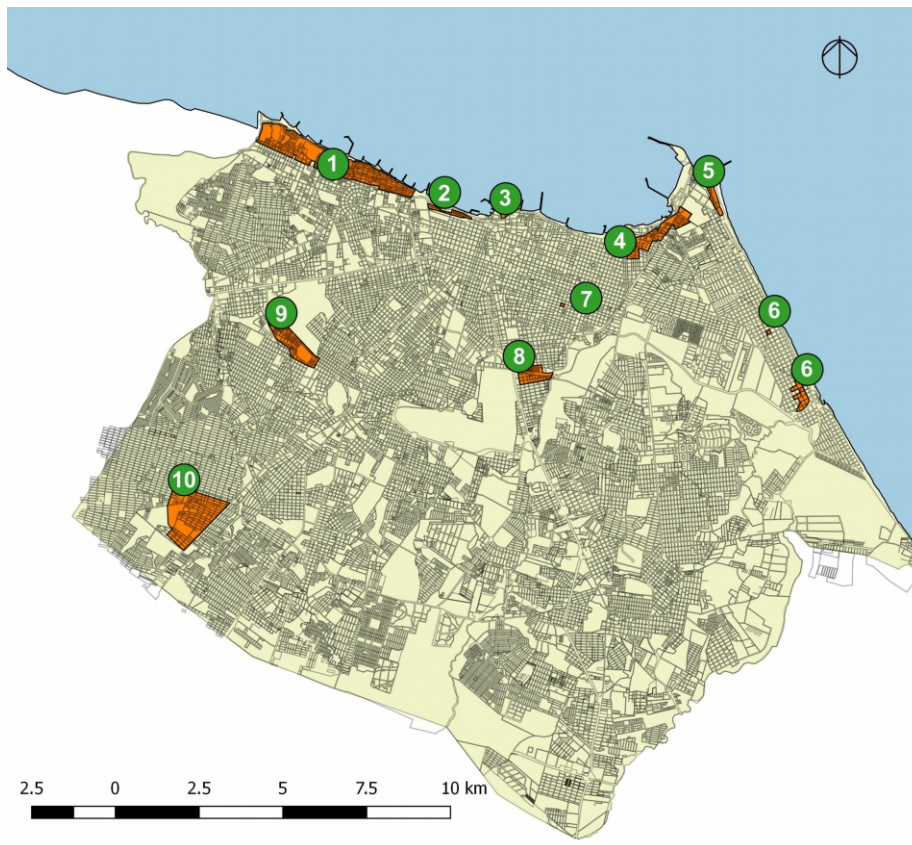
A propriedade urbana é um objeto de interesse do capital financeiro. E o Estatuto da Cidade garantiu a democratização do processo com a participação obrigatória das representações dos segmentos sociais. Assim, incrementou uma Ágora de disputa entre os interesses do capital e os interesses sociais. E isso ficou evidente no processo, no capítulo da definição dos zoneamentos dos territórios de interesse social, na aplicação do instrumento urbanístico Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), mesmo tendo um partido de esquerda na gestão da cidade.

Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) é um instrumento da política fundiária, voltado para fundamentar a implantação de programas e de projetos de habitação, permitindo o reconhecimento de áreas ocupadas, através de processos não formais, e viabilizando a sua regularização fundiária e urbanística, sendo, sobremaneira, utilizado como um instrumento de gestão do solo, contribuindo para mitigar os processos de segregação socioterritorial e desigualdade de acesso ao solo urbano, com a participação da população. (ROLNIK e SANTORO, 2014).

Como aprendemos desde os missionários, nas décadas de 1980/90, é estratégico unir as comunidades do GBJ e do fortalecimento político em nível regional se articular com movimentos ampliados. Assim, no tocante à realização do objetivo de constituir, no âmbito do PDP For, mancha ZEIS no Bom Jardim, a Rede DLIS participa da Frente de Lutas por Moradia Digna na Cidade. E também integrou o Comitê Popular da Copa 2014. E, em protesto pela ausência da

presidência da HABITAFOR no diálogo entre os/as moradores/as das ZEIS e o poder público, conforme o combinado, os/as moradores/as resolveram se manifestar no Paço Municipal, gabinete do prefeito. O ato repercutiu nas mídias tradicionais do Estado. (vide link nas referências).

► Mapa das ZEIS



Legenda

- 1 PIRAMBU
- 2 MOURA BRASIL
- 3 POÇO DA DRAGA
- 4 MUCURIBE
- 5 SERVILUZ
- 6 PRAIA DO FUTURO IIA e IIB
- 7 DIONÍSIO TORRES
- 8 LAGMAR
- 9 PICI
- 10 BOM JARDIM
- 10 POLIGONAL ZEIS
- QUADRAS

► Fonte: Instituto de Planejamento de Fortaleza/Prefeitura Municipal

Dentre as lutas conjuntas com outras articulações da Cidade, a Rede DLIS participou e fortaleceu as lutas das periferias pela regulamentação das ZEIS

► Obras de saneamento



► Foto: Acervo Rede DLIS

na cidade de Fortaleza, tais como: da Marcha pelas ZEIS e Moradia Digna de Fortaleza; do Acampamento pela efetivação das ZEIS na Cidade; de audiência com o IPLANFOR para definição e composição do Comitê Técnico Intersectorial e Comunitário, responsável pela viabilidade de efetivação das ZEIS da Cidade.

Além do aprendizado popular das sete comunidades locais mobilizadas em torno da temática, a ZEIS Bom Jardim ficou entre as dez (10) ZEIS a serem regulamentadas, prioritariamente, Pici, Pirambu, Moura Brasil, Poço da Draga, Mucuripe, Serviluz, Vila Vicentina, Praia do Futuro, Lagamar e Bom Jardim.

► Resultado da ação das ZEIS



► Foto: Acervo Rede DLIS

Uma agenda emblemática da Rede DLIS, na pauta pela regulamentação da ZEIS Bom Jardim, foi a audiência pública, realizada no dia 24 de setembro de 2013, na Telhoça do Movimento Saúde Mental Bom Jardim, na comunidade Marrocos, no Bom Jardim.

O instrumento parlamentar Audiência Pública foi acionado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Fortaleza, presidida pelo vereador João Alfredo (PSOL), como resultado de uma mobilização realizada pela Comissão de Articulação da Rede DLIS. Um dia antes da audiência, dia 23 de setembro, a Comissão fez uma visita in loco à comunidade para checar a precariedade habitacional e de infraestrutura da comunidade. O movimento de luta pela ZEIS Bom Jardim envolvia as comunidades e que se mobilizaram para participação na audiência: Marrocos, Parque Santo Amaro, Pantanal, Paz, Marrocos II, Sete de Setembro,



Foi a partir dessa audiência que tivemos lá no Marrocos que a gente, a gente, foi convidado a participar do Comitê Técnico, né, da ZEIS, esse momento aqui foi 2013, final de 2013. A gente fez aquele ato no começo do ano, ficamos mandando ofício para HABITAFOR e IPLANFOR pra ter contato com eles, pra dialogar, marcamos alguns seminários, até que teve essa audiência pública lá no Marrocos. Num sei se vocês lembram, né, é foi uma audiência muito interessante essa daí. A partir daí que a ZEIS do Bom Jardim entrou na agenda mesmo”.

(Rogério Costa/CDVHS – Granja Lisboa)

Muito esforço político, concentração técnica e energia física tiveram que ser desprendidas para fazer existir e funcionar o Comitê Técnico das ZEIS, pelo IPLANFOR, instância responsável por desenvolver e validar os procedimentos de regulamentação e desenvolvimento dos Conselhos Gestores.

O decreto, nº 14.211, de regulamentação dos Conselhos Gestores das Zonas Especiais de Interesse Social, tipos 1 e 2, apenas foi sancionado em 21 de maio de 2018.

A ZEIS Bom Jardim, devido à parceria com a Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design (DAUD), da Universidade Federal do Ceará (UFC), partiu na frente e realizou um processo de Diagnóstico Urbanístico nas comunidades Marrocos, Nova Canudos, Pantanal, Paz, Parque São Vicente, Santo Amaro e Irmã Dulce, integrantes da ZEIS Bom Jardim, base para o Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF), processo e produto que, em tese, seriam atribuições do poder público.

Conselho Diretor da ZEIS Bom Jardim

Em 19 de setembro de 2018, as comunidades locais, com 267 votos válidos, elegeram o Conselho Gestor da ZEIS Bom Jardim, sendo 06 titulares e 06 suplentes, e 01 organização associativa local que atua na luta pela moradia digna:

Conselho Diretor Eleito	
Titulares	Suplente
Francisco das Chagas Araújo	Antônia Mendes de Souza
André Alves do Nascimento	Maria Áurea Felipe da Silva
Zélia Inácio Taboza	Raelly Pereira de Sousa
Elivelton de Lima	Luiz José Oliveira da Silva
Maria Zenilce Costa	José dos Santos (Zé Ceará)
João Batista (Louro)	Lucileide do Nascimento (Leide)
Organização	
Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS)	

Em 26 de janeiro de 2021, a comissão de atualização do Conselho Municipal de Habitação Popular (COMHAP) decidiu integrar representantes dos Conselhos Gestores das Zonas Especiais de Interesse Social na composição formal da instância.

**RECONHECIMENTO
PÚBLICO DA REDE D LIS**

Em processo de maturidade, a Rede DLIS do GBJ tem reconhecimento pela sociedade política local como agente público de notável contribuição no cuidado com a cidade e de incidência política na promoção de direitos e na gestão pública. Entre julho de 2016 e fevereiro de 2017, a Rede recebeu dois prêmios de reconhecimento de sua luta política por direitos para o GBJ e movimento social em nível de Estado.

Em processo de maturidade, a Rede DLIS do GBJ tem reconhecimento pela sociedade política local como agente público de notável contribuição no cuidado com a cidade e de incidência política na promoção de direitos e na gestão pública. Entre julho de 2016 e fevereiro de 2017, a Rede recebeu dois prêmios de reconhecimento de sua luta política por direitos para o GBJ e movimento social em nível de Estado.

Em julho de 2016, o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-CE), Regional Ceará, concedeu o Prêmio IAB-CE Gentileza Urbana à Rede DLIS pela sua luta em defesa do Parque Lagoa da Viúva. A luta emblemática pela regulamentação e preservação da unidade ambiental Parque Lagoa da Viúva tomou espaço na opinião pública depois de ser publicada uma matéria no Jornal O Povo.

Jornal de Hoje COTIDIANO

Guilherme Arantes
neste sábado no S

BRASIL COTIDIANO DOM EMPREGOS E CARREIRAS ESPORTES MUNDO VIDA & A

ASSINE EMPREGOS E CARREIRAS VIDEOS REVISTAS ACERVO TRABALHE CONOSCO FALE COM A GENTE O POVO CHAT

PORTALEZA 29/07/2016

Ação de reflorestamento ganha prêmio de gentilezas

Premiação do IAB-CE reconhece ações de delicadeza que impactaram o cotidiano da Cidade. Cinco projetos finalistas estiveram no O POVO

NOTÍCIA 0 COMENTÁRIOS

 Domitila Andrade
domitilaandrade@opovo.com.br



JULIO CAESAR/ESPECIAL PARA O POVO

A ação de plantio no Parque Urbano da Lagoa da Viúva foi a vencedora do prêmio da IAB-CE

Por vezes, em meio à aridez das arestas da vida urbana, o afeto é dado sem obrigação e feito sem olhar a quem. Assim se construíram cinco histórias finalistas do Prêmio Gentileza Urbana, do Instituto de Arquitetos do Brasil no Ceará (IAB-CE). Nelas, pessoas que deixaram o cotidiano mais agradável e presentearam a Cidade. O vencedor foi uma ação de reflorestamento feita por movimentos socioambientais no Parque Urbano da Lagoa da Viúva, no Grande Bom Jardim, no começo do mês.

Erramos
 (0)

DIVERSÃO
Cinema e esporte na Praia de Iracema
 (0)

SECA
Camilo decreta emergência em Fortaleza e Região Metropolitana
 (0)

Acesse a matéria na íntegra através do link <https://is.gd/DLISnamidia> ou escaneando o código ao lado com seu *smartphone*.





CAU/CE

Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Ceará

Contraste A- A+

Pesquisar

SERVIÇOS ONLINE

INSTITUCIONAL

LEGISLAÇÃO

TRANSPARÊNCIA

FISCALIZAÇÃO

COMUNICAÇÃO

DÚVIDAS

CAU/BR

Home » Destaques, Notícias, Notícias AU, Notícias CAU/BR, Notícias CAU/CE » Resistência ao desmatamento vence VII Prêmio IAB-CE Gentileza Urbana

Resistência ao desmatamento vence VII Prêmio IAB-CE Gentileza Urbana

26 de julho de 2016

Nenhum comentário



Representantes da Rede DLIS, responsável pela ação vencedora do VII Prêmio IAB-CE Gentileza Urbana

O palco cheio de pessoas. Entre aplausos, gritos e abraços, elas comemoravam. O gesto de união era representativo. "Nós somos fortes, porque somos muitos", disse Wilbert Santos, da Comissão de Moradia e Meio Ambiente de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (Rede DLIS), responsável por um movimento de resistência ao desmatamento do Parque da Lagoa da Viúva, localizado no bairro Bom Jardim, no leste da



CADASTRAR
DENÚNCIA



FALE
CONOSCO



ACHE UM
ARQUITETO



SICCAU



PORTAL DA
TRANSPARÊNCIA

Acesse a matéria na íntegra através do link
<https://is.gd/DLISnamidia4> ou escaneando o
código ao lado com seu *smartphone*.



A matéria repercutiu uma ação compensatória de reflorestamento, realizada pela Rede DLIS com apoio do Projeto SESC Pensando Verde. A intervenção dos coletivos reagia a uma tentativa de parcelamento da área com eliminação e tombamento de árvores nativas de terreno da área da unidade de preservação. Naquela edição do prêmio o IAB-CE homenageava o Sapateiro Alves, artista de rua, “escritor de muros”. A premiação acontece “desde 2005 e tem como objetivo identificar e divulgar ações gentis que contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos fortalezenses nos campos da arquitetura, urbanismo e paisagismo”.



FORTALEZA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ANO LXI

FORTALEZA, 11 DE NOVEMBRO DE 2015

Nº 15.645

PODER EXECUTIVO

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 13.687, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2015.

Altera o Decreto Municipal nº 13.286, de 14 de janeiro de 2014, o qual dispõe sobre a criação e regulamentação dos Parques Urbanos das Lagoas de Fortaleza.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram conferidas pelo artigo 83, inciso VI da Lei Orgânica do Município de Fortaleza. CONSIDERANDO a necessidade de promover alterações no Decreto nº 13.286, de 14 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a criação e regulamentação dos Parques Urbanos das Lagoas de Fortaleza. DECRETA: Art. 1º - O artigo 1º do Decreto nº 13.286, de 14 de janeiro de 2014, passa a vigorar acrescido do inciso XII, o qual terá a seguinte redação: "Art. 1º - XII - Lagoa da Viúva". (AC) Art. 2º - O Decreto Municipal nº 13.286, de 14 de janeiro de 2014, passa a vigorar acrescido do Anexo XII, concernente ao Açu de da Viúva, com área total de 398.564,5 m² distribuídos em quatro trechos, conforme delimitação e mapa constantes deste decreto. Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL, em 09 de novembro de 2015. **Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra** - PREFEITO DE FORTALEZA.

ANEXO XII

DELIMITAÇÃO PARQUE URBANO LAGOA DA VIÚVA

A área da poligonal pretendida para o Parque Urbano - Açude da Viúva, possui uma área total de 398.564,5 m² distribuídos em quatro trechos, delimitado conforme coordenadas a seguir (UTM Datum Sirgas 2000 - Fuso 24S) e mapa: a) Trecho 01 - Área de 295.682,45 m² perímetro de 3.891,15 m: P1=541632.7235E/9578832.1577N; P2=541686.9940E/9578794.6957N; P3=541698.6818E/9578778.1508N; P4=541724.4459E/9578759.3916N; P5=541711.0135E/9578728.3805N; P6=541735.9717E/9578713.0701N; P7=541789.5580E/9578779.3086N; P8=541834.2634E/9578825.1470N; P9=541882.7080E/9578864.9231N; P10=541944.8853E/957882.4259N; P11=541989.7591E/9578914.3085N; P12=542050.5951E/9578948.9015N; P13=542092.4773E/9578976.7550N; P14=542115.3515E/9579000.5425N; P15=542133.0678E/9579027.6513N; P16=542144.6385E/9579054.7313N; P17=542147.6733E/9579064.9145N; P18=542158.0749E/9579110.4463N; P19=542174.8047E/9579147.8116N; P20=542200.4758E/9579179.1656N; P21=542237.1883E/9579212.2122N; P22=542253.8281E/9579220.9428N; P23=542471.6257E/9579276.9908N; P24=542577.3100E/9579205.5575N; P25=542680.4809E/9579376.7954N; P26=542726.7219E/957-

9453.5281N; P27=542726.9722E/9579454.8844N; P28=542-726.2675E/9579456.0892N; P29=542629.0783E/9579570.8112N; P30=542554.6251E/9579483.6701N; P31=542391.5597E/9579620.6330N; P32=542457.5846E/9579704.8148N; P33=542370.1858E/9579780.7514N; P34=542314.2660E/9579693.2487N; P35=542270.7519E/9579631.8870N; P36=542-248.6873E/9579598.6468N; P37=542230.6344E/9579514.6867N; P38=542203.6984E/9579478.1512N; P39=542217.8645E/9579461.3113N; P40=542150.3473E/9579374.5297N; P41=541986.2020E/9579400.0970N; P42=541937.3517E/9579337.4903N; P43=542103.6913E/9579315.6755N; P44=541-969.4365E/9579144.3994N; P45=541950.4455E/9579106.6149N; P46=541930.0586E/9579073.9961N; P47=541897.9532E/9579033.3878N; P48=541873.8174E/9579009.1884N; P49=541846.3760E/9578984.0230N; P50=541818.2830E/9578961.1493N; P51=541783.5844E/9578927.5300N; P52=541-747.6232E/9578880.6355N; P53=541731.3822E/9578884.6881N; P54=541682.8062E/9578899.9927N; P55=541632.7235E/9578832.1577N; b) Trecho 02 - Área 9.253,20 m², perímetro 468,65 m: P1=542324.4788E/9578770.2917N; P2=542298.2423E/9578727.0810N; P3=542141.3031E/9578823.3392N; P4=542167.3531E/9578866.0171N; P5=542324.4788E/9578770.2917N. c) Trecho 03 - Área 76.304,10 m², perímetro 1883,80 m: P1=542307.6453E/9578714.3921N; P2=542332.9491E/9578757.4157N; P3=542359.8112E/9578803.0889N; P4=542380.4274E/9578781.2849N; P5=542399.5668E/9578785.2251N; P6=542423.8668E/9578749.1394N; P7=542446.1311E/9578737.7966N; P8=542457.6764E/9578733.0144N; P9=542473.4294E/9578727.5902N; P10=542497.6719E/9578721.5458N; P11=542509.9972E/9578719.4833N; P12=542-532.7110E/9578717.3917N; P13=542532.7110E/9578717.3917N; P14=542593.8845E/9578815.9351N; P15=542597.4106E/9578814.0311N; P16=542606.9040E/9578829.3240N; P17=542799.1208E/9578719.8153N; P18=542844.2680E/9578694.0176N; P19=542800.8352E/9578654.2074N; P20=542-736.9403E/9578595.6419N; P21=542729.5698E/9578587.2712N; P22=542721.2529E/9578575.8238N; P23=542711.1310E/9578557.1818N; P24=542702.2601E/9578537.2919N; P25=542697.8736E/9578522.9444N; P26=542696.2024E/9578511.0532N; P27=542696.0916E/9578500.9254N; P28=542-698.5494E/9578484.2268N; P29=542704.7036E/9578467.3183N; P30=542716.5736E/9578449.0473N; P31=542717.0698E/9578430.0993N; P32=542714.9015E/9578417.1426N; P33=542713.2909E/9578411.5255N; P34=542707.9657E/9578398.8095N; P35=542712.4168E/9578371.5688N; P36=542-737.4678E/9578308.7376N; P37=542677.5007E/9578325.6961N; P38=542663.1529E/9578359.3296N; P39=542656.2150E/9578307.1560N; P40=542653.9729E/9578403.8423N; P41=542660.5407E/9578416.2063N; P42=542664.3545E/9578437.7856N; P43=542659.0565E/9578460.5145N; P44=542-650.5915E/9578476.4347N; P45=542644.8289E/9578495.3456N; P46=542643.1396E/9578504.2458N; P47=542642.7472E/9578527.0350N; P48=542639.0033E/9578550.3311N; P49=542637.6047E/9578559.3459N; P50=542646.1823E/9578591.3327N; P51=542653.7147E/9578602.6936N; P52=542-307.6453E/9578714.3921N. d) Trecho 04 - Área 17324,75 m², perímetro 548.3732: P1=542602.6697E/9578325.7305N; P2=542764.7061E/9578277.5178N; P3=542704.7981E/9578183.3127N; P4=542647.3645E/9578199.6769N; P5=5426-44.2205E/9578189.5015N; P6=542571.9290E/9578206.6172N; P7=542602.6697E/9578325.7305N. *****

Forum Justiça Reconhecimento, redistribuição e participação p

QUEM SOMOS - AÇÕES DO FÓRUM - BIBLIOTECA - NOTÍCIAS - VÍDEOS - FALE CONOSCO

Início » FÓRUM JUSTIÇA CEARÁ HOMENAGEIA DESTAQUES NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

FÓRUM JUSTIÇA CEARÁ HOMENAGEIA DESTAQUES NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

7 de fevereiro de 2017

Fonte: Brasil 247



Prêmio Maria Amélia Leite de Direitos Humanos será entregue na sexta-feira (3) para os destaques na defesa dos direitos humanos em 2016. Serão agraciados nesta edição do prêmio quatro instituições do Sistema de Justiça, uma universidade, dez entidades da sociedade civil e cinco pessoas físicas, entre elas o ex-vereador João Alfredo

2 DE FEVEREIRO DE 2017 ÀS 10:55

Ceará247 – O Fórum Justiça Ceará realiza, no dia 3 de fevereiro (sexta-feira), às 17 horas, a solenidade de entrega do Prêmio Maria Amélia Leite de Direitos Humanos, uma homenagem a pessoas, organizações e órgãos que se destacaram na defesa dos Direitos Humanos no Estado em 2016. Na ocasião, haverá a exibição do vídeo documentário: Onze – a maior chacina da história do Ceará, bem como debate com as Mães do Curio, no auditório da Cáritas Brasileira Regional Ceará.

Serão agraciados nesta edição do prêmio quatro instituições do Sistema de Justiça, uma universidade, dez entidades da sociedade civil e cinco pessoas físicas. São elas: Defensoria Pública do Estado do Ceará, Ouvidoria Geral Externa da Defensoria Pública do Ceará, Ministério Público Estadual, Ministério Público do Trabalho, Laboratório de Estudos da Habitação – LEHAB/UFC, Fórum DCA, Instituto Negra do Ceará – Ineqra, Rede DLIS – Rede de Desenvolvimento

A Rede DLIS do GBJ compareceu em comitiva. No total, vinte pessoas do GBJ compuseram essa comitiva. Das 34 organizações integrantes da Rede, à época, 10 compareceram para receber o prêmio, sendo mais de 18 pessoas. O prêmio foi entregue às mãos do mais velho e do mais novo dos presentes à cerimônia, mas todos os vinte moradores integrantes da Rede presentes à cerimônia foram ao centro receber a homenagem.

A cerimônia foi realizada dia 03, na sede da Cáritas Brasileira Regional Ceará, no bairro Jardim América, em Fortaleza.

Acesse a matéria na íntegra através do link <https://is.gd/DLISnamidia3> ou escaneando o código ao lado com seu *smartphone*.



Referências

ÁLBUM Loas & Canções. Intérprete: Pingo de Fortaleza. Compositores: Pingo de Fortaleza, Descartes Gadelha. Fortaleza: Digital da Música Cearense, 2018. Disponível em: <https://www.digitaldamusicacearense.com.br/album/loas-cancoes/>. Acesso em: 25 jan. 2020.

ALCÂNTARA, E., MORA, L. de La. Dádiva e Solidariedade na Base da Emergência da Liderança nas Comunidades Populares. **Realis** – Revista de Estudos Antiutilitaristas e Pós Coloniais, v. 3, n. 1, jan-jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/view/8785/8760>. Acesso em: 14 jan. 2021.

ALMEIDA, A. P. de. (Grande) Bom Jardim: reterritorialização e política de representação à luz da Nova Pragmática. 2014, 282 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional) – Universidade Estadual do Ceará, 2014. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=84666>. Acesso em 23 mai. 2021.

ANDRADE, D. Ação de reflorestamento ganha prêmio de gentilizas. Premiação do IAB-CE reconhece ações de delicadeza que impactaram o cotidiano da Cidade. Cinco projetos finalistas estiveram no O POVO. O POVO, Fortaleza, 29 jul. 2016. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2016/07/29/>. Acesso em: 02 fev.2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CEARÁ. Secretaria das Cidades. **Projeto Rio Maranguapinho**. Dez. 2011. Disponível em: <https://www.cidades.ce.gov.br/>. Acesso em: 15 jan. 2021.

CEARÁ. Defensoria Pública Geral. **Defensoria pública atuará em regularização fundiária de 30 famílias da comunidade Nova Canudos em Fortaleza**. Fortaleza, 03 ago. 2020. Disponível em: <http://dp-ce.jusbrasil.com.br/noticias>. Acesso em: 18 fev.2021.

CENTRO DE DEFESA DA VIDA HERBERT DE SOUSA. **Projeto um futuro mais humano para o Brasil: projeto trienal, 2003-2005**. Fortaleza, 2003.

CENTRO DE DEFESA DA VIDA HERBERT DE SOUSA. **Política de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim**, Fortaleza, 2005.

CENTRO DE DEFESA DA VIDA HERBERT DE SOUSA. **Concepção do Comitê Popular de Crise do Grande Bom Jardim para Enfrentamento da Covid19**. Fortaleza, mar. 2020.

FORTALEZA. Prefeitura. **Plano Diretor de Fortaleza (Lei n. 62/2009) e suas alterações**. Fortaleza: Câmara Municipal, 2009. Disponível em:
<https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br>. Acesso em: 08 jan. 2021.

FORTALEZA. Prefeitura. **Prefeito Roberto Cláudio Assina decreto para criação de dois novos conselhos tutelares**. Fortaleza, 2015. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

FORTALEZA. Prefeitura. **Prefeitura de Fortaleza divulga resultado da eleição para representantes das comissões eleitorais das zeis**. Fortaleza, 26 jul. 2018. Disponível em:
<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias>. Acesso em: 10, jan. 2019.

FORTALEZA. Câmara Municipal. **Lei N. 10.232, de 07 de julho de 2014**. Dispõe sobre a criação do Conselho da cidade de Fortaleza, e dá outras providências. Fortaleza: Câmara Municipal, 2014. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ce/f/fortaleza/lei-ordinaria>. Acesso em: 10 jan. 2021.

FÓRUM de Cultura do Grande Bom Jardim. **Carta aberta “O CCBJ é nosso: por um Centro Cultural sem colonizadores, construído na periferia, para o povo da periferia e, sobretudo, com o povo da periferia!**. Disponível em: Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/vidaearte/2017/02/carta-aberta-o-ccbj-e-nosso.html>.

FROTA, N. T. S.; QUEIROZ, C. F. de; GONÇALVES, F. L. Parque Urbano Lagoa da Viúva: Desafios e Conquistas no Grande Bom Jardim. In.: **ENCONTRO NACIONAL DA REDE DE OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2017, Natal/RN**. Anais [...] Natal/RN, 2017. Tema: Regimes Urbanos e Governança Metropolitana. Disponível em: www.cchia.ufrgn.br/evento/2017. Acesso em: 15 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Portaria N. 315, de 6 de setembro de 2017. Dispõe sobre a instituição do Programa Pontos de Memória no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, [Brasília]: Imprensa Oficial da União, Edição 174, Seção 1, p. 6, 11, out. 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/>. Acesso em: 12 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Portaria N. 301, de 9 de setembro de 2019. Dispõe sobre a instituição do Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória. **Diário Oficial da União**, [Brasília]: Imprensa Oficial da União, Edição 176, Seção 1, p. 7, 11, out. 2019. Disponível em:
<https://www.in.gov.br/materia/>. Acesso em: 12, dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>. Acesso em: 15 fev. 2021.

MACHADO, E. G., FAUSTINO, A. E. R. (Orgs). **Relatório Final de Pesquisa:** perfil da Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim. Redenção, 2018, 103 p.

MORA, L. de la. **Modelos de Planejamento Local.** In: LACERDA, N., ZANCHETI, S. M. (Orgs). Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos. Olinda, PE: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012, p. 103-113. Disponível em: <http://www.ceci-br.org/ceci/br/publicacoes/livros.html>. Acesso em: 14 jan. 2021.

REDE de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim. **Carta Institucional.** Fortaleza, 2013.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano (GPDU). **Diagnóstico Sócio-Participativo do Grande Bom Jardim.** Fortaleza: CDVHS, GPDU/UECE, 2004.

ROLNIK, R., SANTORO, P. F. **Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) em Cidades Brasileiras - trajetória recente de Implementação de um Instrumento de Política Fundiária,** Brattle St, Cambridge, Lincoln Institute of Land Policy, 2014.

TV JANGADEIRO. Gente na TV. **Famílias despejadas pelo governo.** Fortaleza, 17 jun. 2013. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/video.php>. Acesso em: 15 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Laboratórios de Estudo da Habitação. **Comitê das ZEIS: em busca do direito à cidade.** Fortaleza, 2015. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br>. Acesso em: 05 fev. 2021.

VARINE, H. **As raízes do futuro** – o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre, RS: Medianiz, 2012, 256 p. OUSA. Política de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim, Fortaleza, 2005.

Créditos

Essa história não seria contada se não fossem as entidades, grupos, fóruns, associações, coletivos e universidades que apoiam e constituem a Rede DLIS e é claro, os moradores e moradoras do Território do Grande Bom Jardim em seus cinco bairros: Granja Lisboa, Grana Portugal, Siqueira, Bom Jardim e Canindezinho. Queremos também aqui citar algumas pessoas muito importantes para o desenvolvimento da Rede DLIS: Marileide Luz, sócia do CDVHS, que em muitos anos foi articuladora da Rede; Adriano Almeida, cujo trabalho de mestrado é sobre a importância da Rede DLIS nesse território, organizador dessa obra; Caio Feitosa, outro grande estudioso e sistematizador das ações do Grande Bom Jardim e do CDVHS; Jean Borges, membro do Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação/VIESES - UFC, cuja tese de mestrado também relata os feitos da Rede; o Professor Eduardo Machado e o Grupo Diálogos Urbanos de Extensão e Pesquisas Interdisciplinar (UNILAB) que muito tem contribuído com o trabalho de pesquisa participativa no território, além do trabalho de assessoria; e Lúcia Albuquerque, coordenadora do CDVHS que não mediu esforços para que esse livro se tornasse realidade. Nossa gratidão vai também para a bibliotecária da Universidade Federal do Ceará, membro do Ponto de Memória e do Cetrno de Documentação do Grande Bom Jardim, Neiliane Alves Bezerra que apoiou a organização desse livro, vendo as questões técnicas. Queremos ainda agradecer imensamente ao Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ), equipamento que tem engrandecido a cultura local desse território e que possibilitou a realização dessa obra, através do Edital Iniciativas Comunitárias com recursos do FECOP – Fundo Estadual de Combate à Pobreza.

Entrevistados/as

Nik Hot – Casa Transformar

Robson Aragão – Companhia Viv'art

Francisco Macedo Lopes – Associação dos Moradores da Vila Planalto

José Ivan da Silva – União dos Moradores do Bairro Canindezinho – UMBC

Antônia Linhares – Conselho Comunitário do Parque Santo Amaro / Compasa

Maria de Fátima Oliveira Silva – Associação Cultural Santa Terezinha do Menino Jesus

Maria Leda de Menezes – Comunidade Paz

Maria Francilene da Silva - Instituto Maria do Carmo

Zélia Tabosa – Associação dos Moradores da Comunidade Marrocos

Miguel Ferreira Neto (Pai Neto) – Associação Espírita de Umbanda São Miguel

Bruno Sodré – Maracatu Nação Bom Jardim

Maria Silvelania Pereira de Sousa – CEBs da Paróquia de Santa Cecília

Elissania Oliveira – Grupo Negragem

Roberto Sabino – Associação Comunitária Delmiro Gouveia

Cristina Nascimento – Grupo Criart

Maria de Fátima de Sá Gonçalves – Jovens Agentes de Paz – JAP

Marcos Amorim – Associação Cultural Afoxé Omorisá Odé

Adriano Almeida – Ponto De Memória do Grande Bom Jardim

Jean Borges – Grupo de Pesquisas E Intervenções Sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação / Vieses – UFC

Natália Martins – Movimento de Saúde Mental Comunitária – MSMGBJ

Joice Luz – Espaço Geração Cidadã – EGC

Luisa Fernandes – Programa de Educação Tutorial do Curso de Arquitetura e Urbanismo (ArqPet) da Universidade Federal do Ceará - UFC

Antônia Mendes - Associação dos Catadores (as) do Bom Jardim – Ascabonja

Michaela Alves – Bons Jardins Urbanos

Valdélia Freitas – Universidade Internacional da Lusofonia Afro - Brasileira – Unilab – Grupo Diálogos Urbanos

Ícaro Amorim – Ponto de Memória do Grande Bom Jardim

Lúcia Albuquerque do Carmo – Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa - CDVHS.

Comissões de trabalho da Rede DLIS

Comissão de Proteção

Entidades componentes: Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa (CDVHS); Associação Espírita de Umbanda São Miguel; Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação / VIESES – UFC; Espaço Geração Cidadã; Casa Mãe África, Associação de Moradores do Bom Jardim (AMBJ), Universidade Internacional da Lusofonia Afro - Brasileira – UNILAB – Grupo Diálogos Urbanos.

Comissão Observatório das ZEIS

Entidades componentes: Centro de Defesa Vida Herbert de Sousa (CDVHS), Associação Espírita de Umbanda São Miguel (AEUSM), Associação de Moradores do Bom Jardim (AMBJ), União dos Moradores do Bairro Canindezinho (UMBC), Comunidade Paz, Associação dos Moradores da Comunidade Marrocos, Centro de Cidadania e Valorização Humana (CCVH), Conselho Comunitário do Parque Santo Amaro (Compasa), Instituto Maria do Carmo, Programa de Educação Tutorial do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC (ArqPet), Mobilizadores da ZEIS Bom Jardim.

Comissão Fórum de Juventudes

Entidades componentes: Negragem, Maracatu Nação Bom Jardim, Jovens Agentes de Paz, Nateia, Tambores do Gueto, Gueto Queen, Viv'arte, Oh Vibe, Pólo Trans, Ateliê Lua Ecológica, Brincantes Sonoros, Grupo Invenções, Bonja Roots e Bailando Roots.

Comissão Bons Jardins Urbanos

Entidades componentes: Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa (CDVHS); União dos Moradores do Bairro Canindezinho (UMBC); Jovens Agentes de Paz (JAP); Conselho Comunitário do Parque Santo Amaro (COMPASA) e mais um coletivo de pesquisadores da área ambiental: Lucas Emerson Uchôa Ribeiro - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Sara Uchoa Araújo Silva – Programa de Pós Graduação Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará PPGAU/UFC, Carla Nayra Sousa do Nascimento, membro do JAP – CDVHS/estudante de Eng. Ambiental e Sanitária Instituto Federal do Ceará (IFCE)/Maracanaú, Naggila Frota - Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Fortaleza, Eduardo Marques - Associado do CDVHS / Estudante de engenharia ambiental do IFCE / Fortaleza.

Comissão de Comunicação Popular

Entidades componentes: Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa, Companhia de Teatro Viv'Arte, Maracatu Nação Bom Jardim, Associação Espírita de Umbanda São Miguel, Jovens Agentes de Paz, Instituto Maria do Carmo, Associação Nossa Casa Mãe África, Ponto de Memória do Grande Bom Jardim, Giro Social, Associação Comunitária Vila Planalto.

•Comitê Popular de Crise Covid19

O Comitê é uma instância de emergência que nasceu em 2020, logo no início da pandemia do corona vírus. Participam uma média de 80 pessoas de entidades da sociedade civil e de órgãos governamentais. O Comitê tem a função de fazer a incidência política juntos aos organismos governamentais para atendimento da população do Território do Grande Bom Jardim e outras periferias da cidade.

ENTIDADES/COLETIVOS/GRUPOS/ ASSOCIAÇÕES QUE INTEGRAM A REDE DLIS

1. Afoxé Omorisá Odé
2. Instituto Maria do Carmo
3. Associação dos Moradores do Bom Jardim – AMBJ
4. Espaço Geração Cidadã
5. Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa – CDVHS
6. Associação Espírita de Umbanda São Miguel – AEUSM
7. Comunidade Paz
8. Associação dos Moradores da Comunidade Marrocos
9. Jovens Agentes de Paz – JAP
10. Coletivo Negragem
11. Companhia Viv'art
12. Associação Comunitária Delmiro Gouveia
13. Casa Transformar
14. Ponto de Memória
15. Universidade Internacional da Lusofonia Afro - Brasileira – UNILAB – Grupo Diálogos Urbanos.
16. CEBs Santa Cecília
17. Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação /Vieses – UFC
18. Maracatu Nação Bom Jardim – MNBJ

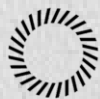
19. Associação Vila Planalto
20. Grupo Produtivo Criart
21. Associação dos Catadores do Grande Bom Jardim – ASCABONJA
22. Coletivo Bons Jardins Urbanos
23. Movimento de Saúde Mental Comunitária – MSMC
24. União dos Moradores do Bairro Canindezinho – UMBC
25. Programa de Educação Tutorial do Curso de Arquitetura e Urbanismo - ArqPet UFC
26. Associação Cultural Santa Terezinha do Menino Jesus
27. Conselho Comunitário do Parque Santo Amaro-Compasa
28. Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias
29. Associação Giro Social
30. Associação dos Moradores do Parque Jerusalém
31. Centro de Cidadania e Valorização Humana – CCVH
32. Associação Nossa Casa Mãe África
33. Coletivo Brincantes Sonoros / Fórum de Juventudes
34. Coletivo NATEIA / Fórum de Juventudes
35. Coletivo Polo Trans / Fórum de Juventudes
36. Coletivo Oh Vibe / Fórum de Juventudes

FECOP

FUNDO ESTADUAL
DE COMBATE
À POBREZA



Centro
Cultural
Bom
Jardim



INSTITUTO
**DRAGÃO
DOMAR**

ceará
cultura
SECULT



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CULTURA